



## **Comissão Própria de Avaliação do IFRS**

### **RELATÓRIO DE AUTOAVALIAÇÃO INSTITUCIONAL DO IFRS – 2017**

**Bento Gonçalves, março de 2018**

## **Organização**

Rafael de Paula

**Ministério da Educação**  
**Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica**  
**Michel Temer**

Presidente da República

**José Mendonça Bezerra Filho**  
Ministro da Educação

**Eliane Neves Braga Nascimento**  
Secretário de Educação Profissional e Tecnológica

**Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul**

**José Eli Santos dos Santos**  
Reitor

**Tatiana Weber**  
Pró-reitora de Administração

**Shana Sabbado Flores**  
Pró-reitora de Desenvolvimento Institucional

**Clarice Monteiro Escott**  
Pró-reitora de Ensino

**Viviane Silva Ramos**  
Pró-reitora de Extensão

**Eduardo Giroto**  
Pró-reitor de Pesquisa e Inovação

## **Representantes Locais**

### **CPA Bento Gonçalves**

Jean da Rolt Joaquim  
Paulo Roberto Wünsch  
Lilian Carla Molon  
Áureo Vandrê Cardoso  
Helder Sá Leitão de Melo  
Gilberto Pedrucci

### **CPA Canoas**

Emílio Rodolfo Arend  
Vinícius Raupp Alves

### **CPA Caxias do Sul**

Juliana dos Santos  
Simão Carlos Ilibio  
Eliana Fernandes Borragini  
Adriano Braga Barreto  
Mariane de Macedo Mascarello  
Vitória Colla de Lima

### **CPA Erechim**

Demian Boaroli  
Piscila Gil Wagner  
Elisandra Aparecida Palaro  
Leonora Marta Devensi  
Gustavo Henrique Ceni  
Rodrigo José Ramos Mazutti  
Tailane Castagnara  
João Carlos de Andrades

**CPA Farroupilha**

Fabieli de Conti

Guilherme Vaz Pereira

Janaina Rauber

Roniele Belusso

Carolina de Lourdes Corrêa de Moraes

Bianca Rodrigues de Castro

**CPA Feliz**

Dolurdes Voos

Carin Maribel Koetz

Cristina Ceribola Crespam

Letícia Maria Mossmann

Gabriela Feltes Seiber

**CPA Ibirubá**

Edimilson Antonio Bravo Porto

Jefferson Moraes Gautério

Sandra Meinen da Cruz

Jovani José Alberti

Talita Vieira Broca

Bernardo Rota

Valter Kurz

Jaqueline Brignoni Winsch

**CPA Osório**

Josias Neubert Savóis

Larissa Astrogildo de Freitas

Caroline de Castro Pires

Patricia Prochnow  
Augusto Weiland  
Allan Alves de Souza  
Marcelo Vianna  
Ana Paula Silva da Luz  
Lucas Dias Iglezias Castanheira  
Franciele Pereira  
Enzo Aliardi Neubert  
Mariana Ayala Goldani  
Anair Teresina Fiorenzano de Lima  
Edson Terra

**CPA Porto Alegre**

Gabriela Fernanda Cé Luft  
Vera Lúcia Milani Martins  
Ângela Flach  
Maria Amélia Benincá de Farias  
Diego Hepp  
Daniela Soares Rodrigues  
Cristine Stella Thomas  
Gabriel Fernandes Silveira  
Andréa Gislaine Del Villar da Cruz  
Samantha Prestes Monteiro  
Átila Machado Costa  
Denis Alberto Barbieri Butori

**CPA Restinga**

Djanira Correa Da Conceição  
Maria Guaneci Marques de Avila  
Felipe Lima  
Fernanda Garcia Pereira  
Gilberto João Pavani

Mauro Maisonave de Melo  
Fabiano Giacomazzi de Almeida  
Robson Bierhals da Silva

**CPA Rio Grande**

Artur Freitas Arocha  
Fabio Rios Kwecko  
Alexandre Renato Rodrigues de Souza  
Daniel Capella Zanotta  
Thaigor D`armas Neves  
Leandro Alves de Ávila

**CPA Sertão**

Márcia Aparecida Smaniotto  
Naiara Miotto  
Sergiomar Theisen  
Camila Veronese  
Camila Siciliana  
Bruna Caus Rothmann  
Luis Henrique Rigo  
Vinicius Silvestre  
Regina Salete Solveira Hahn de Mello

**CPA Veranópolis**

Larissa Brandelli Bucco  
Daniele dos Santos Fontoura  
Rafael de Paula  
Renata Romanzini Ciello  
Letícia Vitória Nalin  
Alana Cazarotto  
Nicanor Matiello

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b>	<b>10</b>
<b>1. A MISSÃO, O PLANO DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL (PDI) E AS POLÍTICAS DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO</b>	<b>17</b>
1.1 ARTICULAÇÃO DO PDI COM AS POLÍTICAS DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO, CONSOLIDAÇÃO E INSTITUCIONALIZAÇÃO DAS PRÁTICAS E PARTICIPAÇÃO DA COMUNIDADE ACADÊMICA INTERNA E COMUNIDADE EXTERNA .....	17
1.1.1 AÇÕES DE SUPERAÇÃO 2017-2018 .....	33
1.2 A POLÍTICA PARA O ENSINO, A PESQUISA, A EXTENSÃO E AS RESPECTIVAS NORMAS DE OPERACIONALIZAÇÃO, INCLUÍDOS OS PROCEDIMENTOS PARA ESTÍMULO À PRODUÇÃO ACADÊMICA, AS BOLSAS DE PESQUISA, DE MONITORIA E DEMAIS MODALIDADES.....	35
1.2.1 PROJETO PEDAGÓGICO INSTITUCIONAL (PPI): CURSOS OFERECIDOS – GRADUAÇÃO (TECNOLÓGICA, LICENCIATURA, BACHARELADO), TÉCNICO, PROEJA, PRESENCIAL E A DISTÂNCIA, PÓS-GRADUAÇÃO LATO E STRICTO SENSU.....	36
1.3 AVALIAÇÃO DO PROCESSO DE ATENDIMENTO ÀS METAS DE EFICIÊNCIA E EFICÁCIA CONFORME TERMO DE METAS .....	41
1.4 PROJETO PEDAGÓGICO INSTITUCIONAL – PPI: ENSINO DE ESPECIALIZAÇÃO LATO SENSU E EDUCAÇÃO CONTINUADA .....	41
1.5 INTEGRAÇÃO ENTRE AS PROPOSTAS DE GRADUAÇÃO E PÓS-GRADUAÇÃO LATO SENSU (VERTICALIZAÇÃO) .....	41
1.6 PROJETO PEDAGÓGICO INSTITUCIONAL (PPI): PESQUISA.....	42
1.7 POLÍTICAS INSTITUCIONAIS DE PRÁTICAS DE INVESTIGAÇÃO, INICIAÇÃO CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA, DE PESQUISA E FORMAS DE SUA OPERACIONALIZAÇÃO .....	43
1.8 PROJETO PEDAGÓGICO INSTITUCIONAL (PPI): EXTENSÃO .....	43
1.9 AÇÕES DE SUPERAÇÃO 2017-2018 .....	43
<b>2 A RESPONSABILIDADE SOCIAL DA INSTITUIÇÃO, NO QUE SE REFERE AO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL, CONSIDERA ESPECIALMENTE, À SUA CONTRIBUIÇÃO EM RELAÇÃO À INCLUSÃO SOCIAL, À DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS, DO MEIO AMBIENTE, DA MEMÓRIA CULTURAL, DA PRODUÇÃO ARTÍSTICA E DO PATRIMÔNIO CULTURAL</b>	<b>45</b>
2.1 COMPROMISSO DO IFRS COM OS PROGRAMAS DE INCLUSÃO SOCIAL, AÇÕES AFIRMATIVAS E INCLUSÃO DIGITAL.....	45
2.2 RELAÇÕES DO IFRS COM O SETOR PÚBLICO, O SETOR PRODUTIVO E O MERCADO DE TRABALHO .....	45
2.3 AÇÕES DE SUPERAÇÃO 2017-2018 .....	47
<b>3 A COMUNICAÇÃO COM A SOCIEDADE</b>	<b>48</b>
3.1 PERCEPÇÃO DA COMUNIDADE ACADÊMICA E ESCOLAR SOBRE A COMUNICAÇÃO NO IFRS .....	51
3.2 OUVIDORIA.....	54
3.3 AÇÕES DE SUPERAÇÃO 2017-2018 .....	55
<b>4 AS POLÍTICAS DE PESSOAL, DE CARREIRAS DO CORPO DOCENTE E CORPO TÉCNICO-ADMINISTRATIVO, SEU APERFEIÇOAMENTO,</b>	

<b>DESENVOLVIMENTO PROFISSIONAL E SUAS CONDIÇÕES DE TRABALHO .</b>	<b>56</b>
4.1 CORPO DOCENTE .....	56
4.2 CORPO TÉCNICO-ADMINISTRATIVO .....	57
4.3 POLÍTICAS DE CAPACITAÇÃO E DE ACOMPANHAMENTO DO TRABALHO DOCENTE E FORMAS DE SUA OPERACIONALIZAÇÃO .....	57
4.4 AÇÕES DE SUPERAÇÃO 2017-2018 .....	58
<b>5 ORGANIZAÇÃO E GESTÃO DA INSTITUIÇÃO, ESPECIALMENTE O FUNCIONAMENTO E REPRESENTATIVIDADE DOS COLEGIADOS, SUA INDEPENDÊNCIA E AUTONOMIA NA RELAÇÃO UNIVERSITÁRIA NOS PROCESSOS DECISÓRIOS</b>	<b>59</b>
5.1 GESTÃO INSTITUCIONAL.....	59
5.2 AÇÕES DE SUPERAÇÃO 2017-2018 .....	61
<b>6 INFRAESTRUTURA FÍSICA, ESPECIALMENTE A DE ENSINO E DE PESQUISA, BIBLIOTECA, DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO</b>	<b>63</b>
6.1 INSTALAÇÕES GERAIS DO IFRS .....	63
6.2 AÇÕES DE SUPERAÇÃO 2017-2018 .....	70
<b>7 PLANEJAMENTO E AVALIAÇÃO, ESPECIALMENTE EM RELAÇÃO AOS PROCESSOS, RESULTADOS E EFICÁCIA DE AUTOAVALIAÇÃO INSTITUCIONAL</b>	<b>72</b>
7.1 CPA: AUTOAVALIAÇÃO .....	72
7.2 AVALIAÇÕES EXTERNAS.....	73
7.3 AÇÕES ACADÊMICO-ADMINISTRATIVAS EM FUNÇÃO DOS RESULTADOS DAS AVALIAÇÕES DO SINAES/MEC .....	77
7.4 AÇÕES DE SUPERAÇÃO 2017-2018 .....	77
<b>8 POLÍTICAS DE ATENDIMENTO A ESTUDANTES E EGRESSOS</b>	<b>79</b>
8.1 POLÍTICAS DE ACESSO, SELEÇÃO E PERMANÊNCIA E IMPLEMENTAÇÃO DE AÇÕES CONCRETAS, BEM COMO DE SEUS RESULTADOS.....	79
8.2 DESCRIÇÃO DO PROGRAMA DE AVALIAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DE EGRESSOS E SEUS RESULTADOS .....	80
8.3 AÇÕES DE SUPERAÇÃO 2017-2018 .....	80
<b>9 SUSTENTABILIDADE FINANCEIRA, TENDO EM VISTA O SIGNIFICADO SOCIAL DA CONTINUIDADE DOS COMPROMISSOS NA OFERTA DA EDUCAÇÃO SUPERIOR</b>	<b>81</b>
<b>10 CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>	<b>86</b>

## INTRODUÇÃO

O presente relatório tem como objetivo sintetizar e refletir sobre os resultados do processo de Autoavaliação Institucional do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul (IFRS) ao longo do ano de 2017, apresentando a análise dos progressos realizados e dos aspectos que precisam ser discutidos e melhorados, tendo como marco as 10 dimensões dos SINAES, além de apresentar os resultados do processo avaliativo de 2017 em uma perspectiva geral. Cabe às CPAs Locais disseminar as discussões e as possibilidades de implementação das ações de superação específicas de cada realidade, junto de sua comunidade interna e externa, em parceria com as equipes gestoras.

O IFRS, com sede em Bento Gonçalves, estado do Rio Grande do Sul, foi criado pela Lei 11.892 de 29 de dezembro de 2008. Atualmente é constituído por 17 (dezessete) campi, apresentados no quadro a seguir.

**Quadro 1** - Campi do IFRS e localização.

<b>Campus</b>	<b>Cidade</b>
Campus Alvorada (em implantação)	Alvorada
Campus Bento Gonçalves	Bento Gonçalves
Campus Farroupilha	Farroupilha
Campus Caxias do Sul	Caxias do Sul
Campus Ibirubá	Ibirubá
Campus Erechim	Erechim
Campus Osório	Osório
Campus Canoas	Canoas
Campus Rio Grande	Rio Grande
Campus Feliz	Feliz
Campus Sertão	Sertão
Campus Porto Alegre	Porto Alegre
Campus Restinga	Porto Alegre

Campus Rolante (em implantação)	Rolante
Campus Vacaria (em implantação)	Vacaria
Campus Veranópolis (em implantação)	Veranópolis
Campus Viamão (em implantação)	Viamão

Por força de Lei, o IFRS é uma Autarquia Federal vinculada ao Ministério da Educação (MEC), e goza de prerrogativas como autonomia administrativa, patrimonial, financeira, didático-científica e disciplinar. O IFRS estabelece em seu Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) a missão de:

Promover a educação profissional, científica e tecnológica, gratuita e de excelência, em todos os níveis e modalidades, através da articulação entre ensino, pesquisa e extensão, em consonância com as demandas dos arranjos produtivos locais, formando cidadãos capazes de impulsionar o desenvolvimento sustentável. (PDI, 2014, p. 18).

O PDI também estabelece os valores do IFRS, e estes garantem a todos os seus campi a autonomia da gestão institucional democrática, tendo como base os princípios constitucionais da Administração Pública:

- Legalidade
- Impessoalidade
- Moralidade
- Publicidade
- Eficiência
- Ética
- Desenvolvimento Humano
- Inovação
- Desenvolvimento Científico e Tecnológico
- Qualidade e Excelência
- Autonomia
- Transparência

- Respeito
- Compromisso Social

Caracterizado como Instituição de identidade singular e estrutura multicampi, o IFRS busca, no cumprimento de suas obrigações legais e propósitos de criação, ser agente de transformação regional, alicerçado nas seguintes finalidades:

- I. Ofertar educação profissional e tecnológica, em todos os seus níveis e modalidades, formando e qualificando cidadãos com vistas à atuação profissional nos diversos setores da economia, com ênfase no desenvolvimento socioeconômico local, regional e nacional;
- II. Desenvolver a educação profissional e tecnológica, como processo educativo e investigativo de geração e adaptação de soluções técnicas e tecnológicas, às demandas sociais e peculiaridades regionais;
- III. Promover a integração e a verticalização da educação básica à educação profissional e educação superior, otimizando a infraestrutura física, os quadros de pessoal e os recursos de gestão;
- IV. Orientar sua oferta formativa em benefício da consolidação e fortalecimento dos arranjos produtivos, sociais e culturais locais, identificados com base no mapeamento das potencialidades de desenvolvimento socioeconômico e cultural no âmbito de atuação do Instituto Federal;
- V. Constituir-se em centro de excelência na oferta do ensino de ciências, em geral, e de ciências aplicadas, em particular, estimulando o desenvolvimento do espírito crítico, voltado à investigação empírica;
- VI. Qualificar-se como centro de referência no apoio à oferta do ensino de ciências nas instituições públicas de ensino, oferecendo capacitação técnica e atualização pedagógica aos docentes das redes públicas de ensino;
- VII. Desenvolver programas de extensão e de divulgação científica e tecnológica;
- VIII. Realizar e estimular a pesquisa aplicada, a produção cultural, o empreendedorismo, o cooperativismo e o desenvolvimento científico e tecnológico;
- IX. Promover a produção, o desenvolvimento e a transferência de tecnologias sociais, notadamente as voltadas à preservação do meio ambiente.

X. No ano letivo de 2017, o IFRS contou com um total de 20.058 estudantes matriculados nos cursos técnicos de nível médio (integrado, concomitante, subsequente e PROEJA), cursos de nível superior (tecnológicos, licenciaturas, bacharelados e engenharias) e cursos de pós-graduação *lato sensu* e *strictu sensu*, distribuídos conforme informações dos quadros a seguir.

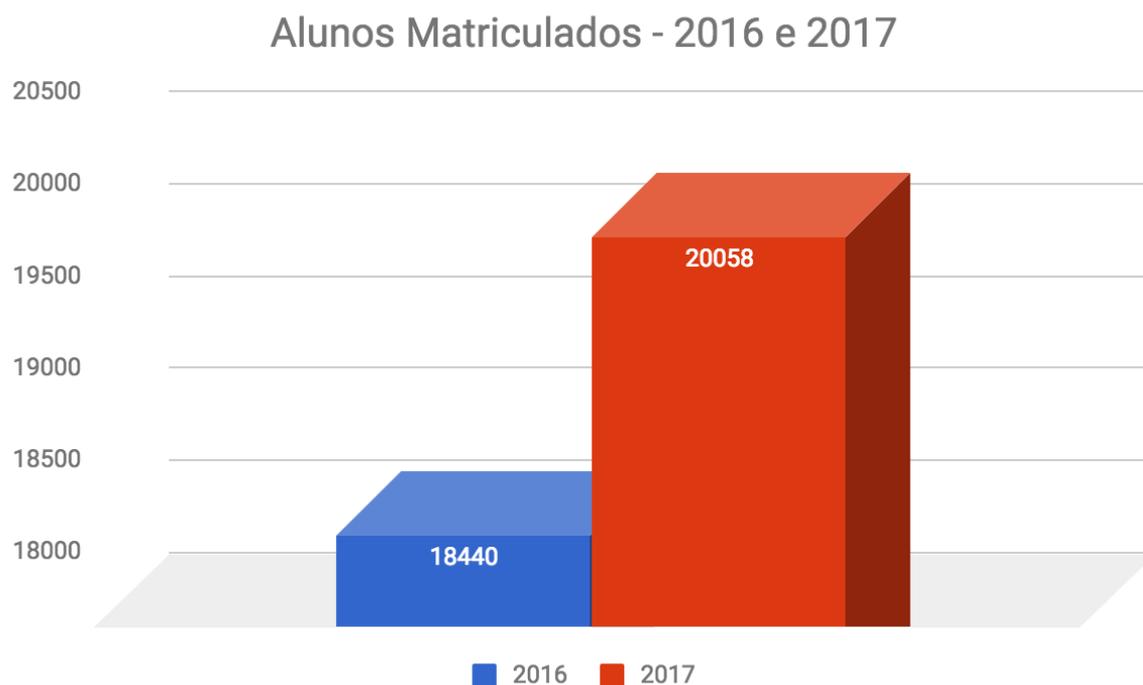
**Tabela 1** - Cursos ofertados no IFRS em 2017.

<b>Campus</b>	<b>Técnico</b>	<b>Tecnólogo</b>	<b>Licenciatura</b>	<b>Bacharelado</b>	<b>Especiali- zação</b>	<b>Mestrado</b>
Alvorada	9	-	-	-	1	-
Bento Gonçalves	11	6	3	1	2	-
Canoas	6	3	1	-	-	-
Caxias do Sul	8	4	2	2	-	1
Erechim	7	2	-	2	-	-
Farroupilha	10	2	1	2	-	1
Feliz	6	2	2	2	1	1
Ibirubá	10	1	1	3	1	-
Osório	9	2	2	-	1	-
Porto Alegre	29	4	2	-	2	2
Restinga	12	4	1	-	-	-
Rio Grande	15	3	1	1	-	-
Rolante	9	1	-	-	-	-
Sertão	10	5	4	2	1	-
Vacaria	6	-	1	1	-	-
Veranópolis	2	-	-	-	-	-
Viamão	5	2	-	-	-	-
<b>Total</b>	164	41	21	16	9	5

Fonte: Plataforma Nilo Peçanha.

O mapeamento de ofertas de cursos pelo IFRS revela o cenário institucional no qual houve um aumento na quantidade total de alunos, 18.440 para 20.058, o que corresponde a 1618 novas matrículas (Figura 1).

**Figura 1** – Número de estudantes matriculados no IFRS.



Fonte: Plataforma Nilo Peçanha

**Tabela 2** - Alunos matriculados por campus do IFRS em 2017

Campus	Técnico	Tecnólogo	Licenciatura	Bacharelado	Especialização	Mestrado
Alvorada	362	-	-	-	32	-
Bento Gonçalves	550	823	486	31	72	-
Canoas	444	604	138	-	-	-
Caxias do Sul	836	347	192	78	-	22
Erechim	951	242	-	361	-	-
Farroupilha	395	274	32	296	-	14
Feliz	279	246	172	91	75	10
Ibirubá	509	15	116	345	30	-
Osório	458	210	129	-	52	-
Porto Alegre	1.836	703	224	-	85	83
Restinga	675	443	30	-	-	-
Rio Grande	1.782	359	54	142	-	-
Rolante	296	35	-	-	-	-

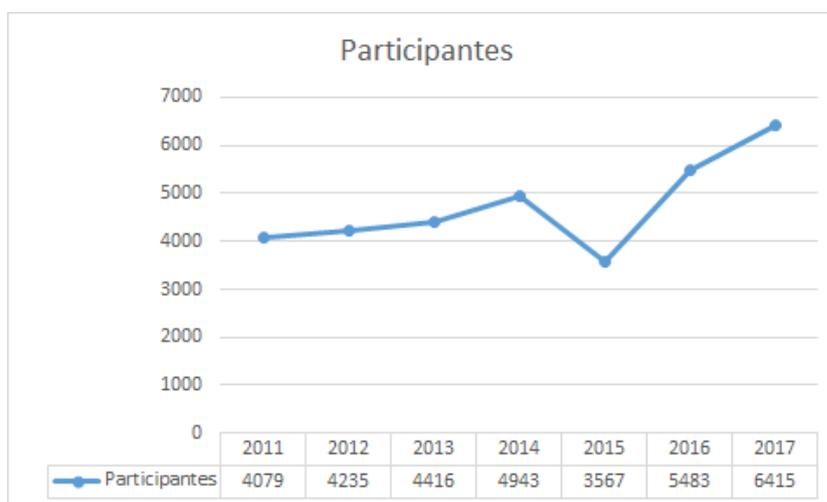
Sertão	809	446	237	446	63	-
Vacaria	262	-	47	53	-	-
Veranópolis	110	-	-	-	-	-
Viamão	431	88	-	-	-	-
<b>Total (IFRS)</b>	<b>10.985</b>	<b>4.835</b>	<b>1.857</b>	<b>1.843</b>	<b>409</b>	<b>129</b>

Fonte: Plataforma Nilo Peçanha.

Desde a sua criação em 2010, a Comissão Própria de Avaliação do IFRS (CPA Central) juntamente às Comissões Próprias de Avaliação Locais (uma para cada *campus*), vêm divulgando os resultados do processo avaliativo realizado anualmente. Os resultados da Autoavaliação Institucional geram, a cada ano, um relatório geral do IFRS e relatórios específicos de cada *campus*, que em sua estrutura buscam contemplar a relação entre as dez dimensões do SINAES, bem como a realidade institucional apresentada durante cada ano.

Cabe ressaltar que o instrumento online que possibilitou a consulta à comunidade interna em 2017, contando com 6415 participantes (Figura 2), e o instrumento utilizado para a avaliação institucional junto à comunidade externa contemplaram questões objetivas e descritivas. Todavia, em razão da impossibilidade de descrevê-las nesse relatório, estas informações são sistematizadas e analisadas nos Relatórios de Autoavaliação Institucional dos campi que compõem o IFRS.

**Figura 2** – Número de participantes da Autoavaliação Institucional através do Instrumento online.



O Programa de Avaliação Institucional do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul (PAI IFRS), coordenado pela CPA Central em articulação com as CPAs Locais, foi organizado de forma a buscar elementos junto às equipes diretivas dos campi e à comunidade que alimentassem a reflexão sobre o cumprimento das metas estabelecidas pelo PDI. Também é atribuição do grupo realizar a verificação das políticas de ensino, pesquisa e extensão definidas no Projeto Pedagógico Institucional do IFRS (PPI) e do Termo de Acordo de Metas e Compromissos, firmado entre o MEC e os Institutos Federais em 2012, identificando os indicadores já atingidos e aqueles que precisam ser consolidados e/ou implementados.

A apresentação dos resultados e a definição de ações de superação atentam às especificidades e diversidades de uma instituição multicampi, além de descrever a singularidade identitária do IFRS.

Os resultados apresentados aqui e também nos relatórios produzidos pelas CPAs Locais, servem como objeto de análise e fomento de discussão junto ao Conselho Superior (CONSUP), Reitoria, direções de campi e comunidade escolar e acadêmica. O intuito das discussões é dar sentido à Avaliação Institucional, na busca constante da consolidação de uma cultura de autoavaliação no IFRS e contribuindo, assim, com o planejamento institucional.

## **1. A MISSÃO, O PLANO DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL (PDI) E AS POLÍTICAS DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO**

Neste item são apresentados dados e discussões com respeito às Dimensões 1 e 2 do SINAES (Missão e PDI; Política para o ensino, a pesquisa, a pós-graduação e a extensão).

Em consonância com o PDI, o IFRS possui como missão a promoção da educação profissional, científica e tecnológica, gratuita e de excelência, através da articulação entre ensino, pesquisa e extensão. A implementação de políticas voltadas à verticalização e de horizontalidade nos âmbitos do ensino básico, técnico, graduação (através dos cursos tecnológicos, engenharias e licenciaturas), pós-graduação *lato sensu* e *stricto sensu*, é um constante desafio da Instituição. Estas políticas são baseadas nas políticas indissociáveis de ensino, pesquisa e extensão, apresentadas no Projeto Pedagógico Institucional (PPI). A autoavaliação da Dimensão 1 (Missão e PDI) é norteadada pelos indicadores que seguem nos próximos itens.

### **1.1 Articulação do PDI com as políticas de ensino, pesquisa e extensão, consolidação e institucionalização das práticas e participação da comunidade acadêmica interna e comunidade externa**

O Programa de Autoavaliação do IFRS estabelece indicadores que buscam identificar, tendo como base a percepção da comunidade interna e externa, a implementação e consolidação de políticas de ensino, pesquisa e extensão, atentando à realidade dos Institutos Federais.

Nas figuras a seguir apresenta-se uma evolução das respostas para cada questão de 2012 a 2017. “Positivo” refere-se às respostas “Concordo” ou “Concordo totalmente”, “Regular” à resposta “Não concordo nem discordo” e “Negativo” às respostas “Discordo” ou “Discordo totalmente”.

Quanto ao Indicador 1 (Figura 3), “A Instituição me oferece a possibilidade de participar dos processos de discussão para construção e/ou reformulação de

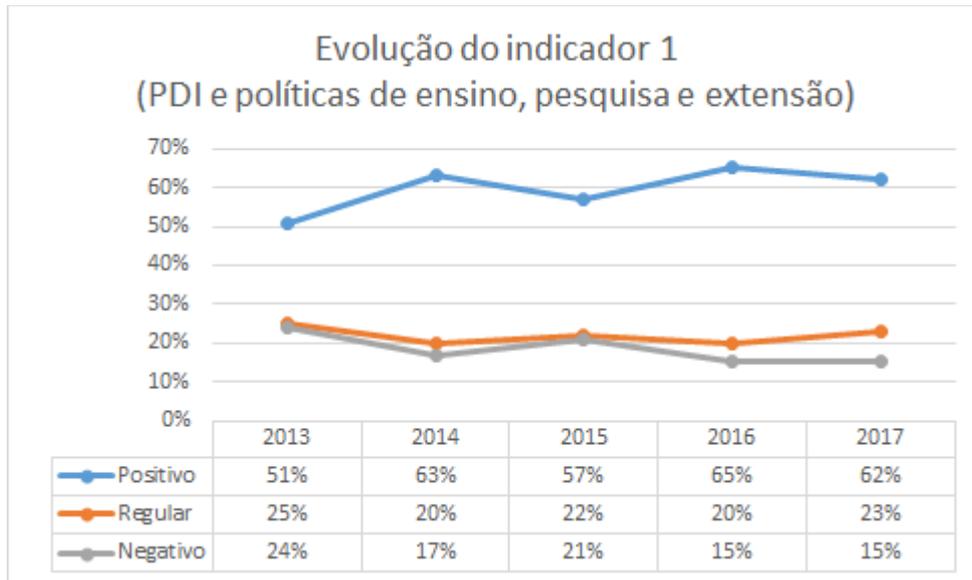
propostas de cursos”, observa-se que 62% (3% a menos do que na Autoavaliação do ano de 2016) da comunidade interna (estudantes e servidores) percebe possibilidades de participação nestes processos. Contudo, a taxa de 15% de respondentes que discordam, ou discordam totalmente da assertiva citada manteve-se a mesma de 2016. A porcentagem de neutralidade no ano de 2017 aumentou em 3%, indicando um leve decréscimo na oferta dos processos de discussão da reformulação dos cursos do IFRS.

**Figura 3** – PDI e políticas de ensino, pesquisa e extensão: Indicador 1.



A Figura 4 apresenta evolução do indicador 1 ao decorrer dos anos, nos relatórios da CPA. Percebe-se, através dos dados, que mesmo com a queda de 3% em relação ao ano anterior, a taxa de respostas positivas (62%) manteve-se acima da média, que é de 59.6%.

**Figura 4 - PDI e políticas de ensino, pesquisa e extensão: Evolução do Indicador 1**



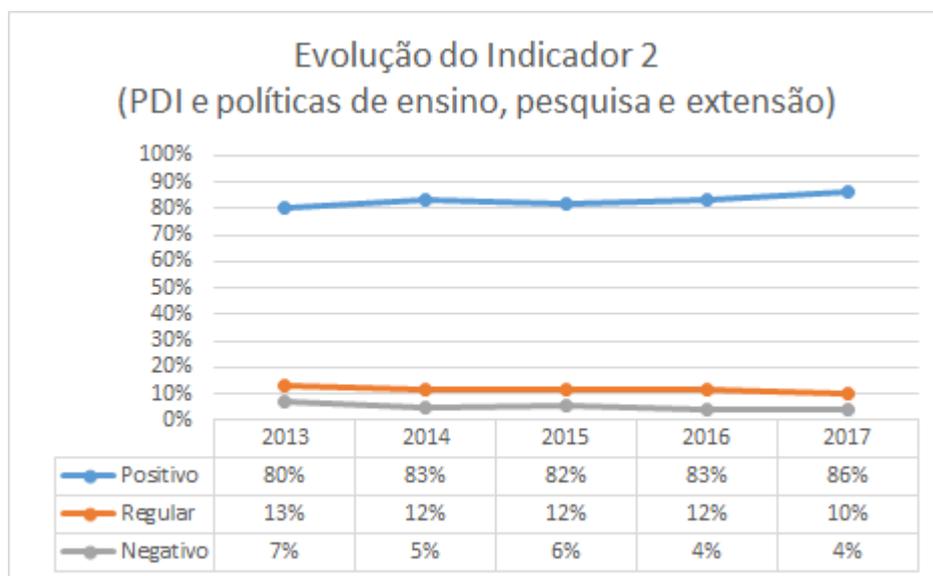
Com o Indicador 2 (Figura 5), “A Instituição me oferece a possibilidade de participar de projetos de extensão”, percebe-se a evolução obtida ao longo do tempo, na medida em que no ano de 2013 as respostas satisfatórias estavam em 80%. No ano de 2017, atingiram 86%, ao mesmo tempo em que as negativas mantiveram a taxa de 4%. Ainda com um aumento simplório, mas ainda 3.2% acima da média, os resultados continuam demonstrando uma boa execução das políticas e ações que oportunizam a efetiva participação da comunidade nas ações de extensão.

**Figura 5** – PDI e políticas de ensino, pesquisa e extensão: Indicador 2.



Do relatório de 2013 até o presente ano, percebe-se através da Figura 6 que a porcentagem de respostas regulares manteve-se praticamente a mesma, com exceção do ano de 2017, onde um pequeno crescimento das respostas positivas é identificado através da pesquisa.

**Figura 6** - PDI e políticas de ensino, pesquisa e extensão: Evolução do Indicador 2



Com relação ao Indicador 3 (Figura 7), “A Instituição me oferece a possibilidade de participar de pesquisa”, 83% dos participantes manifestaram concordar ou concordar totalmente com as possibilidades de participação nas

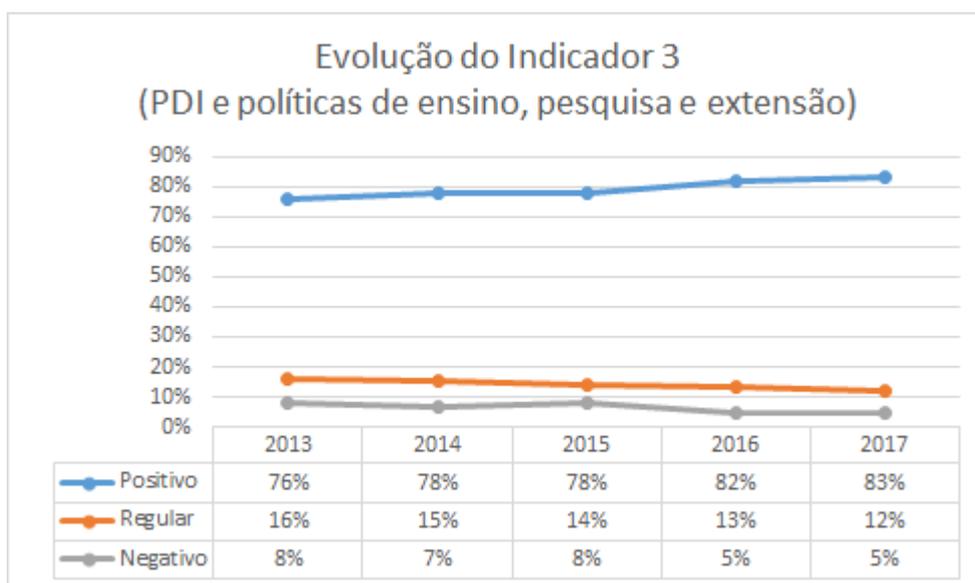
atividades de pesquisa, o que representa um número significativo. Todavia, 5% demonstra insatisfação neste item.

**Figura 7** – PDI e políticas de ensino, pesquisa e extensão: Indicador 3.



Nos últimos dois anos, 2017 e 2016, a porcentagem de respostas positivas perante ao Indicador 3 (Figura 8) desta seção do relatório elevou-se quando comparados aos anos anteriores. As políticas adotadas recentemente estão sendo aprovadas por mais de 80% da comunidade acadêmica, uma taxa bastante significativa e que demonstra bons índices para a administração.

**Figura 8** - PDI e políticas de ensino, pesquisa e extensão: Evolução do Indicador 3.

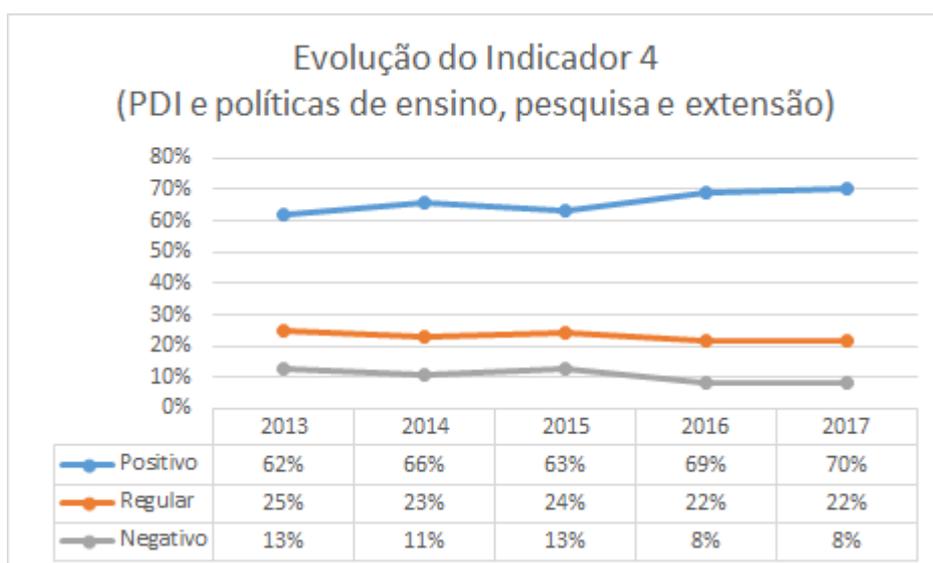


No Indicador 4 (Figura 9), “A Instituição me oferece a possibilidade de participar de projetos que integrem docentes, discentes e técnicos-administrativos da educação básica, técnica e superior”, referente à verticalização do ensino, 70% dos respondentes afirmam concordar ou concordar totalmente com as possibilidades de participação. Além disso, 8% responderam discordar ou discordar totalmente da possibilidade de participar de projetos que envolvam esta integração e 22% responderam ser indiferentes neste item.

**Figura 9** – PDI e políticas de ensino, pesquisa e extensão: Indicador 4.



**Figura 10** – PDI e políticas de ensino, pesquisa e extensão: Evolução do Indicador 4.



Apesar dos indicadores apresentados, percebe-se um aumento gradual das ações de pesquisa e extensão na Instituição, como pode-se observar nos dados fornecidos pela Pró-Reitoria de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação (PROPI) e pela Pró-Reitoria de Extensão (PROEX) apresentados a seguir. Ao total, em 2017, o IFRS contou com 133 grupos de pesquisa atuando pela instituição, todos listados no Quadro 2.

**Quadro 2** – Grupos e linhas de pesquisa

GRUPO DE PESQUISA	ÁREA PREDOMINANTE
Alimentos, Energia e Saúde	Ciências Agrárias
Alimentos: tecnologia, microbiologia, bioquímica e saúde	
Ciência e Tecnologia Alto Jacuí	
Ciências Agrícolas	
Desenvolvimento Agropecuário dos Campos de Cima da Serra	
GERAR – Grupo de Estudos Referentes ao Agronegócio	
Gestão de Recursos Naturais em Horticultura	
Grupo de Estudos em Educação e Desenvolvimento Sustentável	
Industrialização de Alimentos	
Inovação e Desenvolvimento de Equipamentos e Instalações Agropecuárias (IDEIA) – Alto Jacuí	
Irrigação e Biometeorologia	
Manejo e Tratos Culturais em Plantas de Lavoura	
NEMAS – Núcleo de Estudos em Manejo de Água e Solo	

Produção Alimentícia	
Produção Animal	
Produção Vegetal	
Recursos agrícolas nos sistemas de produção vegetal	
Tecnologia em Alimentos	
Tecnologia em Alimentos	
Viticultura e Enologia	
Zootecnia	
Biotechnologia e Citogenética Vegetal	
Conservação de Espécies Vegetais	
Gerenciamento e Tratamento de Resíduos	
Grupo de Estudos e Práticas Ambientais (GEPA)	
Núcleo Interdisciplinar de Estudos Ambientais (NIESA)	
Núcleo Interdisciplinar de Estudos em Biotecnologia – NIEB	
Toxicologia Ambiental	
Bioquímica e Fisiologia do Exercício Físico	Ciências da Saúde
Educação Física e a Educação Profissional	
Educação, Lazer e Saúde	
Grupo de Estudos e Pesquisas em Saúde	

Grupo de estudos em saúde e sociedades	
Ciência dos Materiais e Meio Ambiente	
Ciências Exatas e da Natureza, Tecnologias e Educação – CENTE	
Computação Interdisciplinar e Aplicada Alto Jacuí	
Educação em Ciências e Matemática	
Engenharia de Software e Sistemas Autônomos	
Ensino de Ciências e Matemática – ECiMat	
Geotecnologias e Meio Ambiente	
Geotecnologias na Gestão Municipal	
GPMETA – Grupo de Pesquisa em Matemática, Ensino, Tecnologias e Aplicações	
Grupo de Estudos em Sistemas de Informação	
Grupo de Informática do IFRS Restinga	
Grupo de Pesquisa em Ciências e seus Contextos	
Informática Aplicada	
Informática Aplicada	
Inovação na Aplicação e no Desenvolvimento de Tecnologias Computacionais	
Matemática e suas Tecnologias	
Métodos Quantitativos Aplicados	
NEPIA: Núcleo de Extensão e Pesquisa em Informática	
	Ciências Exatas e da Terra

Aplicada	
Projeto e Desenvolvimento de Sistemas	
Química e Bioquímica	
SIMD – Segurança da Informação, Infraestrutura de TI, Dispositivos Móveis e Desenvolvimento de Software	
Tecnologias em Sistemas de Computação	
Tecnologias na Educação	
Acessibilidade Virtual e Tecnologia Assistiva	Ciências Humanas
Autenticidade e Alteridade nos Processos Sociais, Educacionais e Profissionais	
Cultura, História, Educação e Moda	
Cultura, Identidade e Trabalho	
Educação a distância	
Educação em Ciências da Natureza	
Educação Matemática e Educação	
Educação Profissional e Humanidades	
Educação, Experiências Docentes e Direitos Humanos	
Educação, Inovação e Trabalho	
Ensino de Física do IFRS	
Formação de Professores	
GEEP – Grupo de Estudos em Educação Profissional	

Grupo de Estudos e Pesquisa em Educação, Matemática e Tecnologias	
Grupo de Estudos Educação, Ambiente e Cultura de Paz	
Grupo de Estudos sobre Território, Tecnologia e Ambiente (TERRA)	
Grupo de Pesquisa e Estudos em Informática Educativa	
Grupo de Pesquisa em Educação Profissional e Tecnológica	
Grupo Interinstitucional de Estudos em Educação e Inovação	
Grupo Multidisciplinar de Estudos e Pesquisa em Educação, Trabalho e Cidadania	
Inovação Tecnológica e Educação	
Laboratório de História Comparada do Cone Sul (LabConeSul)	
Linguagens, Cultura e Educação	
Múltiplos Saberes da Educação Profissional	
NEET – Núcleo de Estudos sobre Educação e Tecnologia	
NEPI: Núcleo de Estudos e Pesquisas Interdisciplinares	
Núcleo de Estudos em Políticas Públicas	
Pesquisas em Educação, Sociedade e Trabalho	
Políticas públicas e formação de professores para a educação básica e profissional	
Práticas de Ensino e Análises Educacionais	

Práxis:Saberes e Contextos Educativos	
Acessibilidade, Leitura e Informação	Ciências Sociais Aplicadas
Administração e Inovação	
Arranjos Produtivos	
Economia, Política e Sociedade	
Estratégia Organizacional, Negócios Internacionais e Governança Corporativa	
Fundamentos da Experiência Jurídica Contemporânea: O Direito sob os aspectos dogmático, filosófico e sociológico	
GECIT : Educação, Cidadania e Turismo	
Gestão e Inovação	
Gestão, Empreendedorismo e Desenvolvimento Econômico e Social	
GOTec – Grupo de Pesquisa em Gestão Organizacional e Tecnológica	
Grupo de Pesquisa em Ciências Comportamentais	
Logística Empresarial	
Núcleo de Estudos de Gestão para Sustentabilidade	
Núcleo de Estudos Organizacionais	
Núcleo Integrado de Pesquisas em Administração	
Organizações, Sociedade e Meio Ambiente	
Representação, Resgate e Inovação do Ambiente Construído	

SAD – Saúde, Ambiente e Desenvolvimento	
Avaliação Energética de Sistemas Térmicos	Engenharias
Ciência e Tecnologia dos Materiais	
Ciência e Tecnologia dos Materiais Cerâmicos	
Desenvolvimento de Tecnologias Ambientais	
GPRCAI – Grupo de Pesquisa em Robótica, Controle e Automação Industrial	
Grupo de Desenvolvimento em Mecânica: GDMEC	
Grupo de Estudos de Modificações Microestruturais e de Propriedades dos Materiais	
Grupo de Pesquisa em Automação e Sistemas	
Grupo de Pesquisa em eletroeletrônica	
Grupo de Pesquisa em Tecnologias de Fabricação Mecânica: GTecFM	
Grupo de Pesquisa Mecânica – Elétrica Alto Jacuí	
Laboratório de Estruturas e Materiais de Construção Civil – LEMCC	
Metalurgia e Materiais IFRS Farroupilha	
Pesquisa Aplicada a Materiais	
Pesquisa em Polímeros Avançados	
Pesquisas em Engenharia Elétrica IFRS	
Resíduos Sólidos	

Sistemas Eletrônicos Integrados	
Tecnologia em Refrigeração e Climatização – REFRITEC	
Coletivo de Estudos em Linguagens e Artes: CELinA	Linguística, Letras e Artes
ELLOS – Estudos Linguísticos e Literários	
Ensino, Linguagens e suas Tecnologias	
Humanizar o Humano: Arte, corpo, linguagens e meio ambiente	
Leitura, escrita e ensino de línguas	
Língua, Literatura e Ensino	
Línguas, sociedades e contextos educacionais	
Muslf: Educação Musical; Musicologia; Práticas interpretativas	
Núcleo de Pesquisa em Ensino de Língua e Literatura	
Pesquisa em Tecnologias, Produção de Materiais e Linguística Aplicada	

Fonte: Pró-Reitoria de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação.

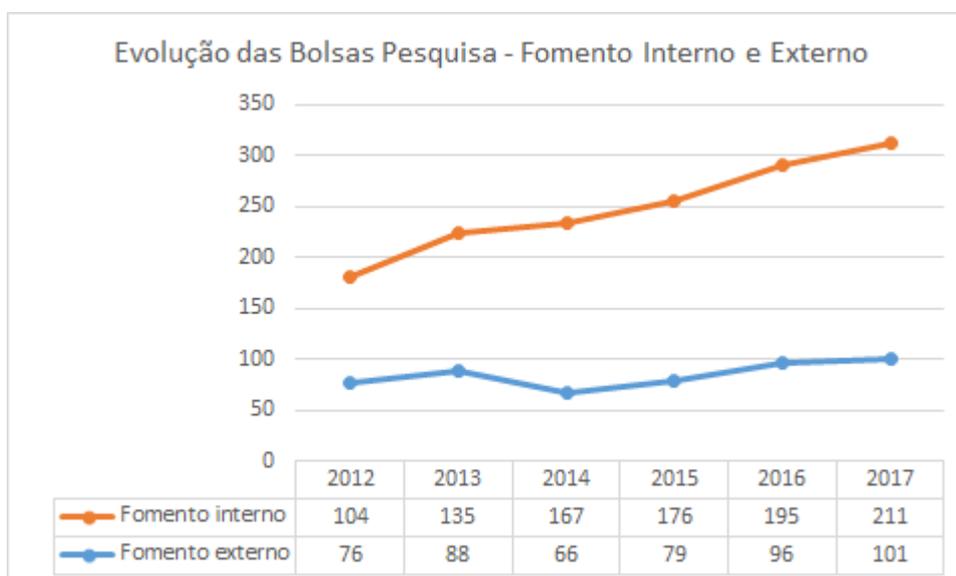
A seguir apresentam-se informações sobre o quantitativo de bolsas de Iniciação Científica e/ou Tecnológica, informados pela PROPPI. Seguindo a tendência dos três últimos anos, a instituição conseguiu aumentar ainda mais a oferta de bolsas de Fomento Externo e Fomento Interno, proporcionando uma maior participação discente nos projetos de pesquisa. Os dados podem ser analisados através da Tabela 1 e da Figura 11.

**Tabela 3** – Distribuição de bolsas de Pesquisa no período de 2012 a 2017 pelo IFRS

Tipo	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Fomento externo	76	88	66	79	96	101
Fomento interno	104	135	167	176	195	211
<b>TOTAL</b>	<b>180</b>	<b>223</b>	<b>233</b>	<b>255</b>	<b>291</b>	<b>312</b>

Fonte: Pró-Reitoria de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação.

**Figura 11** - Evolução das bolsas de fomento Interno e Externo



Fonte: Pró-Reitoria de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação

**Quadro 3** – Distribuição das bolsas de Fomento Externo.

CNPq				Fapergs	
PIBITI	PIBIC	PIBIC-Af	PIBIC-EM	PROBIC	PROBITI
22	10	1	40	20	8
Total: 101 bolsas					

Fonte: Pró-Reitoria de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação.

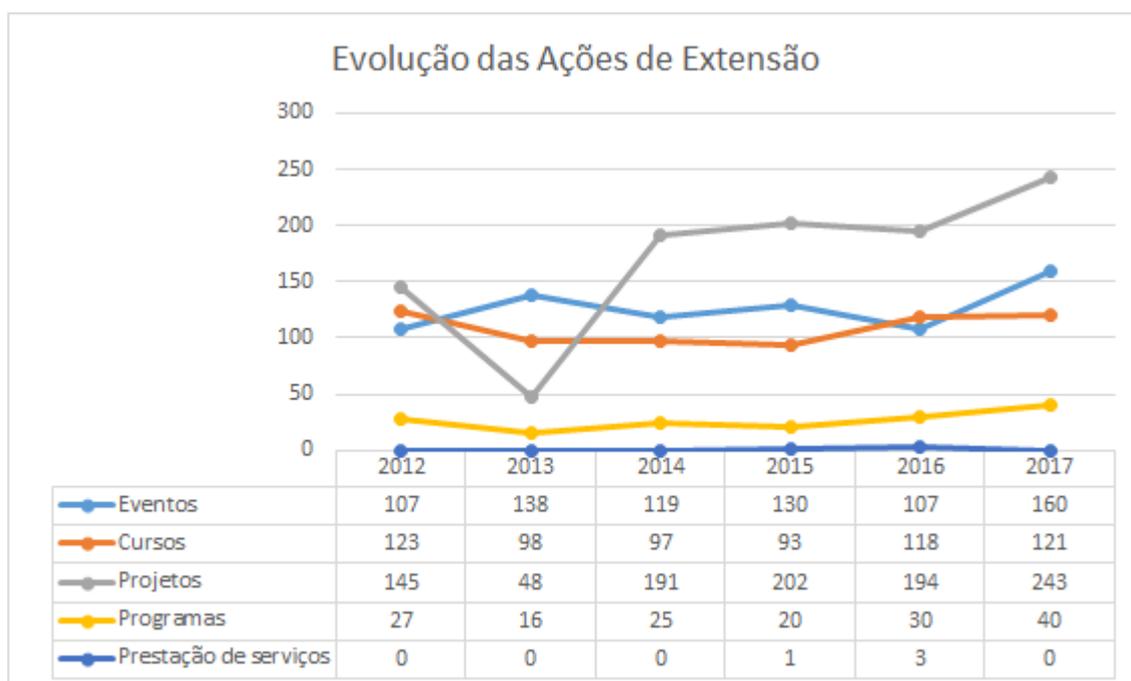
No ano de 2017, seguindo a tendência dos dois anos anteriores, as ações de extensão conquistaram um significativo aumento, o que pode ser observado na tabela a seguir.

**Tabela 4** – Ações de extensão do IFRS em 2017.

Tipo	2013	2014	2015	2016	2017
<b>Eventos</b>	138	119	130	107	160
<b>Cursos</b>	98	97	93	118	121
<b>Projetos</b>	48	191	202	194	243
<b>Programas</b>	16	25	20	30	40
<b>Prestação de serviços</b>	-	-	1	3	-
<b>Total de ações</b>	<b>300</b>	<b>432</b>	<b>446</b>	<b>452</b>	<b>564</b>

Fonte: Pró-Reitoria de Extensão

**Figura 12** - Evolução das ações de extensão



Com o encerramento do programa Ciência sem Fronteiras ocorrido no ano de 2016, o IFRS passou a utilizar o seu próprio programa para incentivar o intercâmbio para os alunos da instituição. O PIMEI - Programa Institucional de Mobilidade Estudantil Internacional - foi aprovado pelo CONSUP na Resolução nº 119, de 15 de dezembro de 2015. O Quadro 5 apresenta os estudantes que foram contemplados

com bolsas de estudo e realizaram cursos no exterior no ano de 2017.

**Quadro 4** – Estudantes do IFRS em ações de convênios internacionais em 2017

<b>RELATÓRIO DE MOBILIDADE ANO 2017 – Programa Institucional de Mobilidade Estudantil Internacional (PIMEI)</b>						
<b>Aluno</b>	<b><i>Campus</i></b>	<b>Edital</b>	<b>Curso no IFRS</b>	<b>Instituição de destino</b>	<b>Início</b>	<b>Término</b>
Júlio Cesar de Bona	Farroupilha	Edital PROEN/PR OEX/IFRS nº 005/2016	Engenharia de controle e Automação	Instituto Politécnico de Bragança (IPB), Bragança, Portugal	13/02/17	08/07/17
Marina Michelotto Klacewicz	Porto Alegre	Edital PROEN/PR OEX/IFRS nº 005/2016	Licenciatura em Ciências da Natureza	Instituto Politécnico de Bragança (IPB), Bragança, Portugal	13/02/17	08/07/17

Fonte: Pró-Reitoria de Extensão/Assessoria de Assuntos Internacionais

### 1.1.1 AÇÕES DE SUPERAÇÃO 2017-2018

Em uma análise geral dos indicadores da Dimensão 1, a CPA Central atenta para pontos que carecem de investimento:

- Ampliar as ações de pesquisa e inovação no IFRS, principalmente em relação às agências de fomento externo;
- Ampliar política de capacitação de docentes, visando proporcionar melhoria da qualidade das ações de ensino, pesquisa e extensão, em especial no que se refere à verticalização do ensino, da pesquisa e da extensão na Instituição;
- Proporcionar espaços de interação da comunidade acadêmica em conjunto da comunidade externa organizada, para discussão e elaboração de estratégias e

planejamento de ações alicerçadas no papel dos Institutos Federais, que é de ser agente transformador no desenvolvimento local e regional, articulando o ensino, a pesquisa e a extensão;

- Ampliar a discussão em relação à indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão;
- Ampliar o número de projetos que envolvam inovação científica e tecnológica;
- Consolidar política para implantação de novos cursos atentando aos arranjos produtivos locais e regionais, levando em consideração dados e levantamentos estatísticos, com o intuito de cumprir com os dispositivos do PDI.
- Ampliar parcerias com instituições nacionais públicas ou privadas para a realização de ações de extensão;
- Apoiar a implantação e manutenção de ambientes de inovação/empreendedorismo;
- Dar suporte à regulamentação da estratégia 12.7 da meta 12 do Plano Nacional de Educação (Lei nº 13.005/2014) para os cursos de graduação;
- Divulgar editais e chamadas públicas promovidas por instituições públicas ou privadas de fomento à extensão;
- Divulgar oportunidades de fomento externo em ações de mobilidade internacional de estudantes e servidores;
- Fomentar a participação de estudantes e servidores no 8º Congresso Brasileiro de Extensão Universitária (CBEU);
- Fomentar a participação de estudantes e servidores no Seminário de Extensão Universitária da Região Sul (Seurs);
- Fomentar a realização de ações institucionais de extensão;
- Operacionalizar e acompanhar as ações do Programa Institucional de Mobilidade Estudantil Internacional;
- Organizar e realizar a 5ª Mostra de Arte e Cultura;
- Organizar e realizar Curso de Capacitação a distância em avaliação para os

membros que integram a Comissão de Avaliação Ad hoc de Extensão do IFRS;

- Organizar e realizar o 1º Seminário de Tecnologia Assistiva do IFRS;
- Organizar e realizar o 3º Seminário de Internacionalização do IFRS;
- Organizar e realizar o 3º Workshop Diversidade e Inclusão do IFRS;
- Organizar e realizar o 4º Curso de Capacitação para Extensionistas do IFRS;
- Organizar e realizar o 6º Seminário de Extensão do IFRS;
- Promover e incentivar a oferta de cursos de extensão;
- Propor ações que promovam a indissociabilidade ensino, pesquisa e extensão;
- Propor política institucional de arte e cultura;
- Propor política de concessão de bolsas de ensino, pesquisa e extensão para os estudantes cotistas;
- Propor políticas institucionais que promovam o empreendedorismo, cooperativismo e associativismo aos estudantes da instituição e comunidade externa;
- Propor, em conjunto com a Pró-reitoria de Pesquisa, Pós-graduação e Inovação, a regulamentação para instalação e funcionamento de incubadoras tecnológicas, sociais e culturais, empresas juniores, bem como apoiar a implantação das mesmas;
- Realizar e dar suporte aos Eventos de Inovação e Empreendedorismo; e,
- Renovar e prospectar parcerias e convênios no âmbito do ensino, pesquisa e extensão com instituições estrangeiras.

## **1.2 A política para o ensino, a pesquisa, a extensão e as respectivas normas de operacionalização, incluídos os procedimentos para estímulo à produção acadêmica, as bolsas de pesquisa, de monitoria e demais modalidades**

Tendo em vista a consolidação das políticas públicas para os Institutos

Federais, no que se refere à dimensão de política de ensino, pesquisa e extensão indissociados entre si, baseados nos eixos de verticalidade, horizontalidade, tecnologia, cultura e inovação, esta consolidação é de significativa importância na conjuntura política administrativa da Instituição.

Esta indissociabilidade é apresentada em diversos documentos e normativas institucionais, dentre elas o PDI e o PPI. Além de ser observada na prática cotidiana institucional e no cumprimento das diretrizes expressas nos documentos, também pode ser analisada pelos instrumentos de avaliação institucional. A partir deste cenário, discute-se o Projeto Político Pedagógico do IFRS por meio dos indicadores a seguir.

#### 1.2.1 PROJETO PEDAGÓGICO INSTITUCIONAL (PPI): CURSOS OFERECIDOS – GRADUAÇÃO (TECNOLÓGICA, LICENCIATURA, BACHARELADO), TÉCNICO, PROEJA, PRESENCIAL E A DISTÂNCIA, PÓS-GRADUAÇÃO LATO E STRICTO SENSU

Cabe lembrar que o Projeto Pedagógico Institucional do IFRS (PPI) foi implantado em 2011 (Resolução CONSUP nº 109 de 20 de dezembro de 2011), grande avanço no que se refere às ações de superação apontadas no Relatório de Autoavaliação de 2010. Recordar-se que o processo de construção deste documento de imensa relevância institucional foi um marco de construção coletiva e participativa integrando os segmentos da comunidade interna do IFRS (estudantes e servidores) de todos os campi. Os instrumentos de avaliação de curso e de autoavaliação discente corroboram com a identificação da consolidação das políticas definidas no PPI do IFRS.

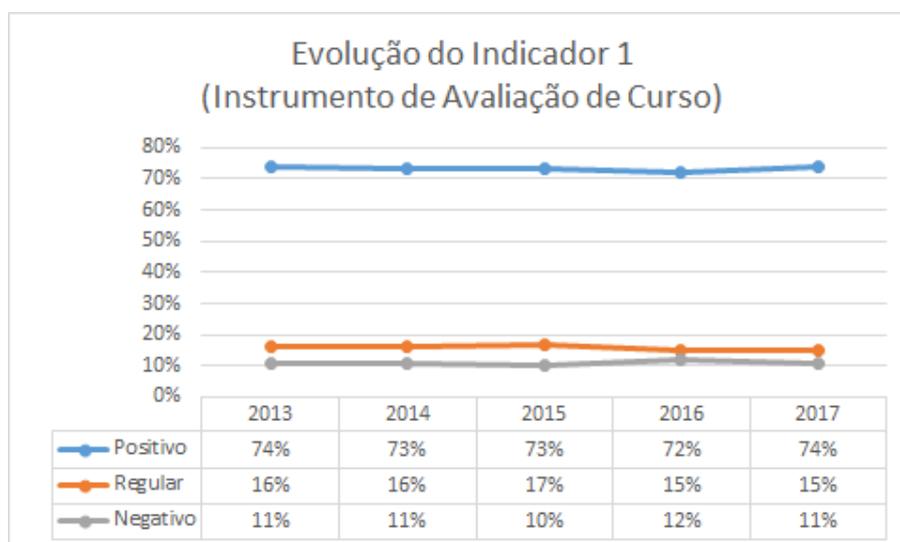
Com relação ao Indicador 1 do “Instrumento de Autoavaliação do Curso” (Figura 13), “O currículo do curso é atualizado e atende às necessidades do mercado de trabalho”, verifica-se que 74% dos participantes concorda ou concorda totalmente, sendo que 11% discorda ou discorda totalmente. Identifica-se que 15% dos participantes que participaram da avaliação online não concordam nem discordam.

**Figura 13** – Instrumento de avaliação do curso: Indicador 1.



A Evolução do Indicador 1, apresentada na Figura 14, demonstra que este índice segue um padrão de avaliações, nunca variando e ficando abaixo de 72%. No ano de 2017 a avaliação teve uma evolução de 2% em relação a 2016, retomando os índices de 2013.

**Figura 14** - Instrumento de avaliação do curso: Evolução do Indicador 1

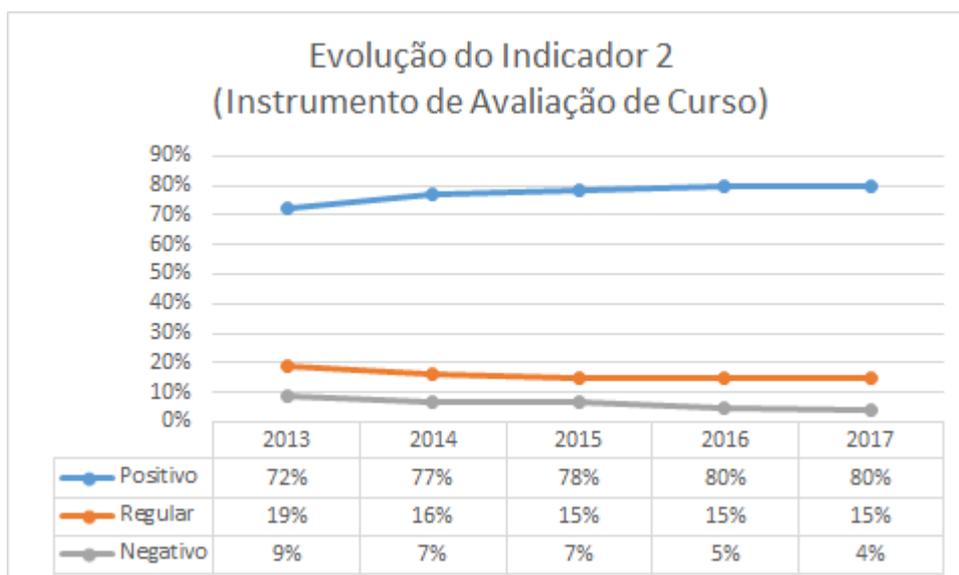


A disponibilidade da coordenação do curso para atendimento aos docentes e discentes é avaliada através do Indicador 2 do “Instrumento de Avaliação do Curso” (Figura 9). 80% dos participantes que responderam à avaliação posicionaram-se entre concordo e concordo plenamente, sendo que apenas 4% discordam ou discordam totalmente. 15% dos estudantes demonstram nem concordar nem discordar com a assertiva. Desta forma, é perceptível que os coordenadores de curso, de uma forma geral, cumprem satisfatoriamente o papel de gestores e educadores.

**Figura 15** – Instrumento de avaliação do curso: Indicador 2.



**Figura 16** – Instrumento de avaliação do curso: Evolução do Indicador 2.

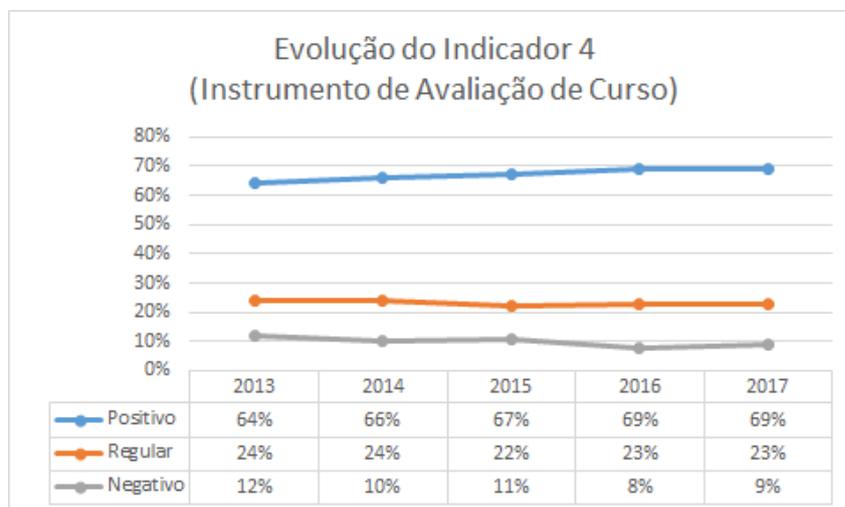


No Indicador 4 (Figura 10), “O curso oferece projetos e oportunidades de atuação em projetos de pesquisa”, identifica-se que 69% dos participantes concordam ou concordam totalmente com essa afirmação, sendo que apenas 9% dizem discordar ou discordar totalmente. Percebe-se, uma estabilidade ao longo da série histórica na avaliação deste indicador, ainda que se diagnostique a necessidade de consolidação de uma política de caráter mais formativo para atender esta dimensão. Nesse sentido, pode-se identificar que as políticas de pesquisa propostas no PDI vêm recebendo investimentos significativos no âmbito do desenvolvimento da cultura investigativa e da pesquisa como princípio educativo, conforme prevê o documento.

**Figura 17** – Instrumento de avaliação do curso: Indicador 4.



**Figura 18** – Instrumento de avaliação do curso: Evolução do Indicador 4.

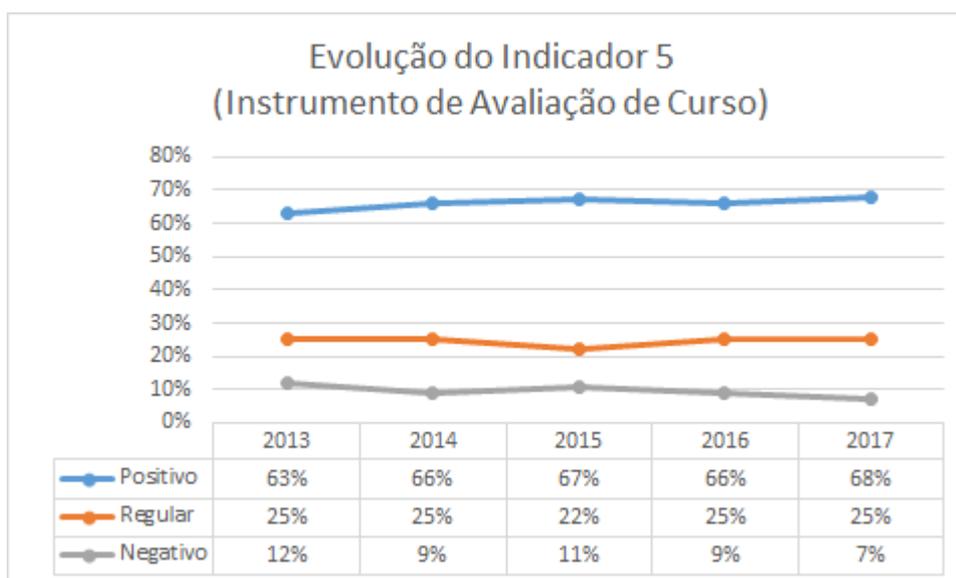


O Indicador 5 (Figura 19), “O curso oferece projetos e oportunidades de atuação em projetos de extensão”, apresenta como resultado 68% (2% a mais em relação ao ano de 2016) de participantes que concordam ou concordam totalmente com a existência dessas oportunidades. Dos respondentes, 7% apontam que discordam ou discordam totalmente da existência das possibilidades de participação na extensão. Destaca-se a percentagem de 25% dos respondentes que referem nem concordar nem discordar, o que pode indicar a necessidade de um maior investimento em processos formativos no que se refere à divulgação e entendimento do que são e de quais as finalidades das ações de extensão.

**Figura 19** – Instrumento de avaliação do curso: Indicador 5.



**Figura 20** - Instrumento de Avaliação de Curso: Evolução do Indicador 5



### **1.3 Avaliação do processo de atendimento às metas de eficiência e eficácia conforme termo de metas**

Visando atender a este ponto, cabe citar algumas estratégias que foram consolidadas tendo como base o ano de 2017: fomento interno de Bolsas de Iniciação Científica e/ou Tecnológica no Ensino Superior (BICTES), Bolsa de Iniciação Científica e/ou Tecnológica no Ensino Técnico (BICET) e Programa de Auxílio Institucional à Produção Científica e/ou Tecnológica (AIPTC).

### **1.4 Projeto Pedagógico Institucional – PPI: Ensino de Especialização Lato Sensu e Educação Continuada**

É de suma importância citar que o PPI do IFRS, dentre suas diretrizes e princípios norteadores, revela que os programas e cursos de pós-graduação no IFRS devem assegurar a necessária articulação entre ciência, tecnologia e cultura, e entre ensino, pesquisa e extensão, tendo em vista contribuir para o desenvolvimento nacional, com destaque à sua atuação no plano local e regional. (PPI, 2011, p. 46)

E em consonância com o PDI da Instituição, esta prática de levar o ensino indissociado à pesquisa como estratégia de verticalização do ensino está voltada ao atendimento de demandas locais e regionais, aos arranjos produtivos locais, bem como, à plena formação de recursos humanos para atender os campos da educação, ciência e tecnologia.

### **1.5 Integração entre as propostas de graduação e pós-graduação lato sensu (verticalização)**

Com a possibilidade da atuação dos docentes entre todos os níveis e modalidades de ensino, a Instituição proporciona que no processo educacional uma significação e ressignificação dos saberes ocorra através da prática cotidiana nos

diferentes contextos, permitindo uma reflexão pautada no fazer cotidiano e, portanto, uma construção e reconstrução de inúmeras possibilidades de interação nas diversas conjunturas que se estruturam em cada realidade do processo educacional.

## **1.6 Projeto Pedagógico Institucional (PPI): Pesquisa**

Conforme o Projeto Pedagógico Institucional, o IFRS:

[...] tem como prioridade incentivar as atividades de ensino e pesquisa desenvolvidas pelos trabalhadores em educação e discentes. Nesse sentido, compreende como fundamental a articulação da qualidade do ensino ao desenvolvimento científico, tecnológico e cultural de nossa região (PPI, 2011, p.33).

Para que tal prioridade se cumpra, se faz necessário o aprimoramento de alguns fluxos e processos, entre eles:

- Buscar alternativas de fomento às ações de pesquisa;
- Realizar convênios com instituições vinculadas à pesquisa, bem como, firmar e manter intercâmbio com instituições científicas, com objetivo de firmar contatos sistemáticos entre pesquisadores e o desenvolvimento de projetos;
- Promover o cadastramento das pesquisas institucionais e o fortalecimento dos eixos temáticos estratégicos, procurando expandi-los e/ou associá-los às atividades de ensino e extensão;
- Buscar fomento externo para o desenvolvimento de atividades de pesquisa e inovação;
- Buscar a aproximação e a integração com os setores produtivos.

Fica evidente que as ações, bem como as políticas de pesquisa da Instituição, vêm se desenvolvendo em consonância com o PPI do IFRS.

## **1.7 Políticas institucionais de práticas de investigação, iniciação científica e tecnológica, de pesquisa e formas de sua operacionalização**

Apontado como superação no relatório do ano de 2015 e destacado no ano de 2016, o Núcleo de Inovação Tecnológica (NIT) do IFRS está em pleno funcionamento. O NIT é o órgão responsável por gerir a política de inovação adotada pelo IFRS. Fazem parte dessa política atividades como: celebração de contratos de transferência de tecnologia e de licenciamento de patentes de sua propriedade, prestação de serviços de consultoria especializada em atividades desenvolvidas no âmbito do setor produtivo, estímulo à participação de servidores em projetos com foco na inovação, capacitação de técnicos e pesquisadores em relação à cultura de inovação, dentre outras ações. No ano de 2017, foram realizados 02 depósitos de pedidos de patentes e 07 depósitos de pedidos de registro de programa de computador

## **1.8 Projeto Pedagógico Institucional (PPI): Extensão**

Como descrito no PPI do IFRS, a ação de extensão é tida como a prática acadêmica institucional que interliga a Instituição com as demandas da comunidade, visando à formação de profissionais aptos ao mundo do trabalho e ao exercício da cidadania. É com ações de extensão que o IFRS contribui efetivamente para o desenvolvimento socioeconômico e cultural regional, articulando teoria e prática cotidiana e, assim, produzindo saberes e conhecimentos.

Para que se cumpra seu papel social, se faz necessário a indissociabilidade com as ações de ensino e pesquisa, bem como, o fortalecimento destas ações conjuntas; atentando as demandas e necessidades da sociedade.

## **1.9 Ações de superação 2017-2018**

Analisando os dados coletados referentes aos indicadores da Dimensão 2, verifica-se que o IFRS apresentou avanços significativos em 2017, principalmente no

que se refere à ampliação de projetos de pesquisa e de extensão em todos os campi, com destaque para a abertura de novos cursos de pós-graduação lato e stricto sensu, e a implementação da cultura de participação da comunidade institucional. Para que os avanços continuem, recomenda-se:

- Continuidade de investimento e consolidação das ações de pesquisa e extensão em todos os campi;
- Consolidação da pós-graduação *lato e stricto sensu*;
- Consolidação dos programas de fomento à pesquisa, em especial oriundos das agências externas de fomento, e à extensão;
- Consolidação da política de encargos didáticos, definindo a dedicação docente para as atividades de ensino, pesquisa e extensão;
- Conclusão da infraestrutura necessária aos campi para desenvolvimento das atividades de ensino, pesquisa e extensão;
- Ampliação de convênios e de parcerias com empresas públicas e privadas, parcerias interinstitucionais com IFs, bem como com instituições de ensino nacionais e internacionais.

## **2 A RESPONSABILIDADE SOCIAL DA INSTITUIÇÃO, NO QUE SE REFERE AO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL, CONSIDERA ESPECIALMENTE, À SUA CONTRIBUIÇÃO EM RELAÇÃO À INCLUSÃO SOCIAL, À DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS, DO MEIO AMBIENTE, DA MEMÓRIA CULTURAL, DA PRODUÇÃO ARTÍSTICA E DO PATRIMÔNIO CULTURAL**

Este item, volta-se à Dimensão 3 do SINAES: Responsabilidade social da IES. O IFRS, como Instituição de ensino público federal e voltada à formação técnica, tecnológica, científica e cultural, objetiva em suas ações a consolidação das políticas públicas de inclusão como um compromisso social, por meio de processos de ensino, pesquisa e extensão.

Assim, neste item do relatório são elencados dados e informações quantitativos e qualitativos para subsidiar possíveis análises e alimentar a construção de indicadores em relação ao compromisso e responsabilidade social.

### **2.1 Compromisso do IFRS com os programas de inclusão social, ações afirmativas e inclusão digital**

O IFRS vem construindo e consolidando políticas de inclusão social, de ações afirmativas e inclusão digital. As ações nos campi são inúmeras e distintas. Cabe neste item destacar as inúmeras ações dos núcleos de ações afirmativas que, com experiências em cada um dos campi do IFRS, atendem e traçam um objetivo comum que é o de promover a inclusão social, as ações afirmativas e a inclusão digital.

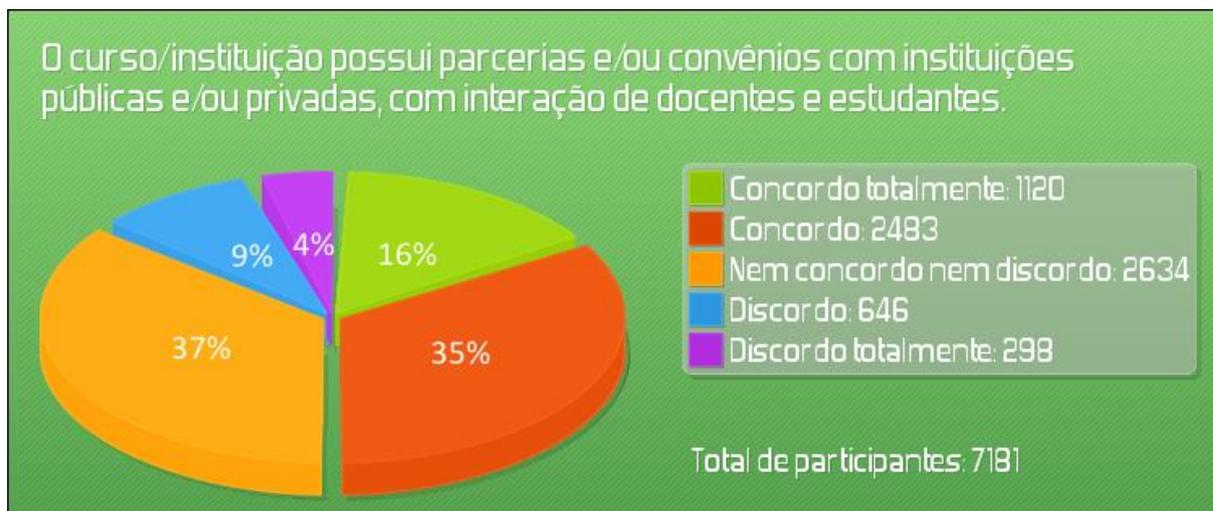
### **2.2 Relações do IFRS com o setor público, o setor produtivo e o mercado de trabalho**

Com os dados levantados para atender este item, verifica-se que todos os

campi do IFRS vêm realizando ações que buscam ampliar as relações com o setor público, o setor produtivo e com o mundo do trabalho.

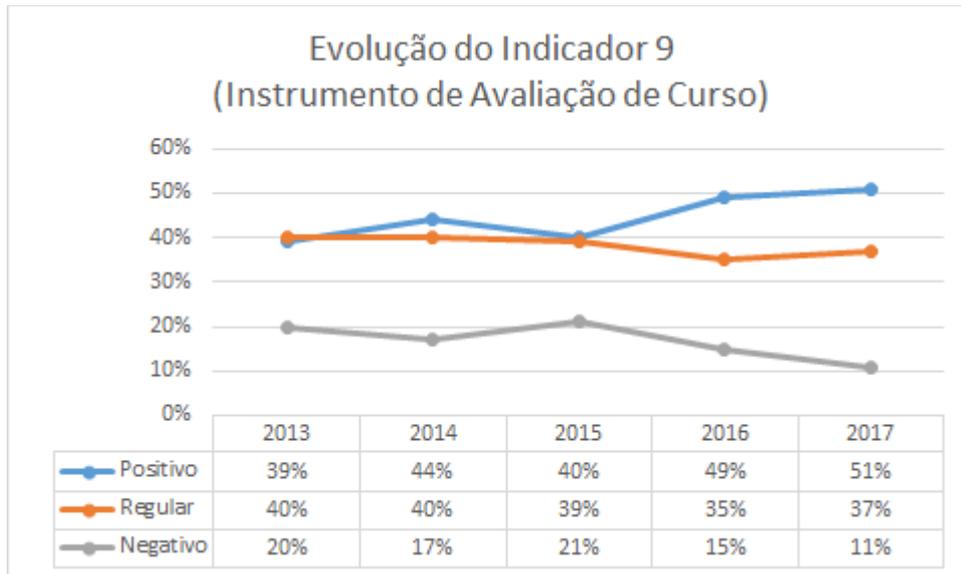
Analisando o Indicador 9 do “Instrumento de Avaliação do Curso” (Figura 21), “O curso possui parcerias e/ou convênios com instituições públicas e/ou privadas, com interação de docentes e discentes”, pode-se perceber que 51% dos participantes da Autoavaliação Institucional concordam totalmente ou concordam com a existência dessas ações (acréscimo de 3% em relação ao ano de 2016 e 11% ao de 2015). Dos respondentes, 11% apontam que discordam ou discordam totalmente da existência de tais parcerias em seus cursos. Destaca-se que 37% dos respondentes afirmam nem concordar nem discordar. Os resultados dos relatórios atentam uma melhoria na percepção em relação às parcerias com as instituições públicas e privadas, uma vez que nem sempre as ações que envolvem relações com o setor público e privado, interferem diretamente no currículo dos cursos.

**Figura 21** – Instrumento de avaliação do curso: Indicador 9



Quando analisada a evolução do Indicador 9 ao decorrer dos anos (Figura 22), percebe-se a constante luta da instituição para melhorar este índice, tornando a experiência dos discentes mais próxima da realidade, os aproximando do mundo do trabalho e fazendo com que o curso possua uma experiência mais completa de aprendizado.

**Figura 22** - Instrumento de avaliação do curso: Evolução do Indicador 9



### 2.3 Ações de superação 2017-2018

Observando os indicadores dispostos na Dimensão 3 do SINAES, nota-se que o IFRS vem atingindo as metas e objetivos definidos no PDI em relação às ações de inclusão social, inclusão digital e de ingresso e permanência dos estudantes, por meio de ações afirmativas que valorizam as trajetórias distintas e que buscam atender aos contextos específicos de cada unidade organizacional. Assim, sugere-se:

- Realizar parcerias com as instituições públicas e privadas, bem como, fomentar a relação com o mundo do trabalho, e com um maior envolvimento dos discentes;
- Consolidar o nome do IFRS nas comunidades.

### 3 A COMUNICAÇÃO COM A SOCIEDADE

Nesse item, verifica-se a Dimensão 4 do SINAES: Comunicação com a sociedade. Esta dimensão tem o objetivo de verificar se as práticas institucionais estão respondendo às demandas sociais, identificando o posicionamento e a identidade da Instituição na conjuntura atual. A comunicação é protagonista no fortalecimento do compromisso do IFRS com a sua comunidade escolar. Esta por sua vez, dá visibilidade para as ações desses atores institucionais (discentes, docentes e técnicos- administrativos em educação) que são agentes de transformação da Instituição e da sociedade.

A comunicação com a sociedade no IFRS é coordenada pela Assessoria de Comunicação, que no relatório do ano de 2016 apontou metas e atingiu como resultado as seguintes questões:

- **Elaboração da Política de Comunicação do IFRS** – após a elaboração e aprovação da Política de Comunicação do IFRS, o projeto encontra-se na fase de consolidação: neste momento está sendo elaborado o Plano de Ação da Política de Comunicação, com previsão de início de execução para 2018/2019.
- **Elaboração/atualização do Guia de Ambientação dos Servidores/IFRS** – a atualização do Guia de Ambientação dos Servidores encontra-se em andamento, com reuniões permanentes da Comunicação com a DGP.
- **Planejamento, divulgação, aplicação e análise de resultados do 1º Diagnóstico de Comunicação do IFRS** – o 1º Diagnóstico de Comunicação do IFRS deu origem às informações que basearam a construção da Política de Comunicação e, agora, a construção do Plano de Ação da Política de Comunicação.
- **Revisão e Atualização do Guia de Comunicação Institucional do IFRS** – esta revisão deu origem ao “Guia Como Faço?”, publicado em maio de 2017 e que

possui como objetivo auxiliar os servidores do IFRS na produção de documentos de trâmites internos.

Além das metas e resultados obtidos em 2017, a Assessoria de Comunicação possui ações permanentes, que são realizadas durante o ano todo pela equipe inteira. São elas:

- **Redação e divulgação de matérias jornalísticas para o público externo e interno pela Reitoria** – A redação e a divulgação de matérias jornalísticas para o público externo e interno pela Reitoria possibilita, entre outros resultados: que servidores, estudantes e comunidade externa tenham conhecimento de cursos, processos seletivos, ações de assistência estudantil, entre outras possibilidades oferecidas pelo Instituto, bem como seus períodos de inscrições; dá visibilidade a conquistas recebidas pela Instituição e por sua comunidade acadêmica, a projetos desenvolvidos, a boas práticas e a outras atividades; aumenta a visibilidade e o reconhecimento institucional e fortalece a imagem e a reputação institucional.
- **Realização de pesquisa e criação de roteiros, filmagem, edição e finalização de vídeos institucionais, jornalísticos e educacionais** – A produção audiovisual desenvolvida pelo setor de comunicação é importante pois provê uma das demandas institucionais mais inerentes à identidade do IFRS: construir e firmar uma ponte entre o IFRS e seu público, o aluno. Assim, interage de forma lógica com as plataformas e hábitos cotidianos da sociedade atual, na qual todos se inserem especialmente no que se refere ao público mais jovem, afeiçoado com a total dinamicidade das multimídias e com o diálogo face a face. Ainda ligada à ação jornalística e de divulgação institucional, a produção audiovisual atua com o propósito de fortalecer a informação transmitida de tal modo que serve de porta-voz para a acessibilidade, uma vez que não se restringe apenas ao processo de atuação do setor de comunicação, mas também ao âmbito didático, levando acesso igualitário às pessoas com necessidades especiais através de uma importante conquista: a prova do Processo Seletivo, em formato audiovisual, inteiramente

produzida em LIBRAS, a fim de que se cumpra com o principal objetivo de um Instituto Federal – ensino público, gratuito e de qualidade.

- **Desenvolvimento de campanhas gerais de comunicação** – Desenvolvimento de campanhas gerais de comunicação: as campanhas de comunicação, tanto internas (servidores e alunos) quanto externas, têm como objetivos primeiros contribuir para consolidar uma imagem positiva da instituição, engajar os públicos para os valores do IFRS e estimular o sentido de pertencimento.
- **Gerenciamento, gestão de conteúdo, interação com usuários nas mídias sociais facebook, instgram, youtube, twitter** – O gerenciamento, a gestão de conteúdo e interação com usuários nas mídias sociais institucionais do IFRS é importante pois essas mídias desempenham um papel fundamental no relacionamento do Instituto com os seus públicos de interesse. As Redes Sociais possibilitam a publicização de informações de interesse interno e, principalmente externo. A interação com o usuário é considerada essencial e, sendo assim, todos os contatos feitos pelas mídias sociais são considerados e os comentários respondidos, sempre da forma mais ágil, clara e cordial possível.
- **Elaboração e envio de boletins eletrônicos especiais para ações/eventos de destaque da Instituição** – A elaboração e o envio de boletim eletrônico para servidores do IFRS tem entre os objetivos mantê-los informados sobre ações, conquistas, eventos e projetos de todas as unidades da instituição (campi e Reitoria), atuando como um canal que estimula a transparência, a integração entre os servidores e desses com o IFRS e fortaleça o sentimento de pertencimento ao Instituto.
- **Pesquisa, planejamento e execução de programetes de rádio, conforme convênio firmado com a Funvale** – Os programetes de rádio permitem a difusão de informações educativas que possibilitam a divulgação de material produzido por profissionais do Instituto no âmbito de sala de aula, projetos e pesquisas e que cumprem papel social. De uma forma geral, percebe-se que as metas definidas estão em fase de consolidação, necessitando de intensificação de ações e

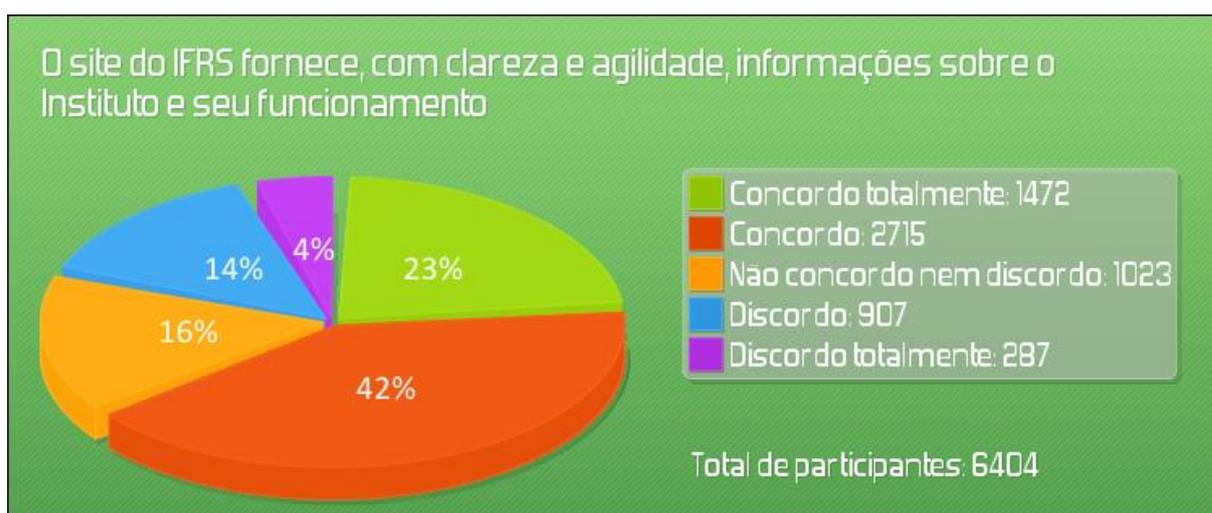
investimentos que tenham repercussão em todos os segmentos da comunidade.

### 3.1 Percepção da comunidade acadêmica e escolar sobre a comunicação no IFRS

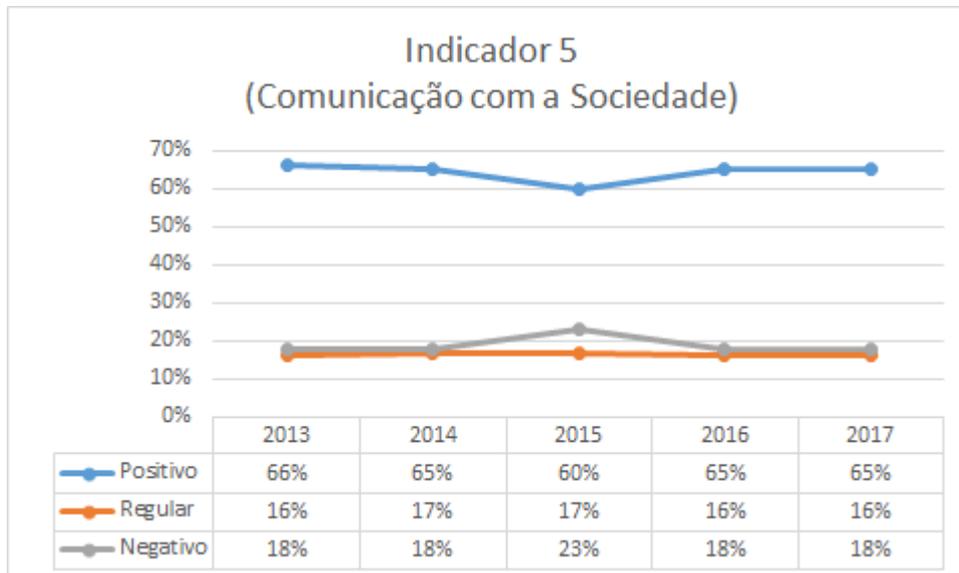
Este item voltado à percepção da comunidade acadêmica e escolar do IFRS sobre a comunicação no IFRS pode ser analisado através dos indicadores 5 e 6 do “Instrumento de Avaliação Institucional”.

No que se refere ao Indicador 5 (Figura 23), “O site do IFRS fornece, com clareza e agilidade, informações sobre o Instituto e seu funcionamento”, 65% dos respondentes concorda totalmente ou concorda, enquanto 18% optam por discordar ou discordar totalmente e 16% se mostram indiferentes. Tais números evidenciam, como no relatório anterior, que o site tem sido um importante instrumento de comunicação com a comunidade interna do IFRS. Este indicador alerta para a necessidade da implantação de mecanismos de maior eficiência por parte da comunicação, vide igualdade entre as taxas do ano de 2017 e 2016.

Figura 23 – Comunicação com a sociedade: Indicador 5.



**Figura 24** - Comunicação com a Sociedade: Evolução do Indicador 5

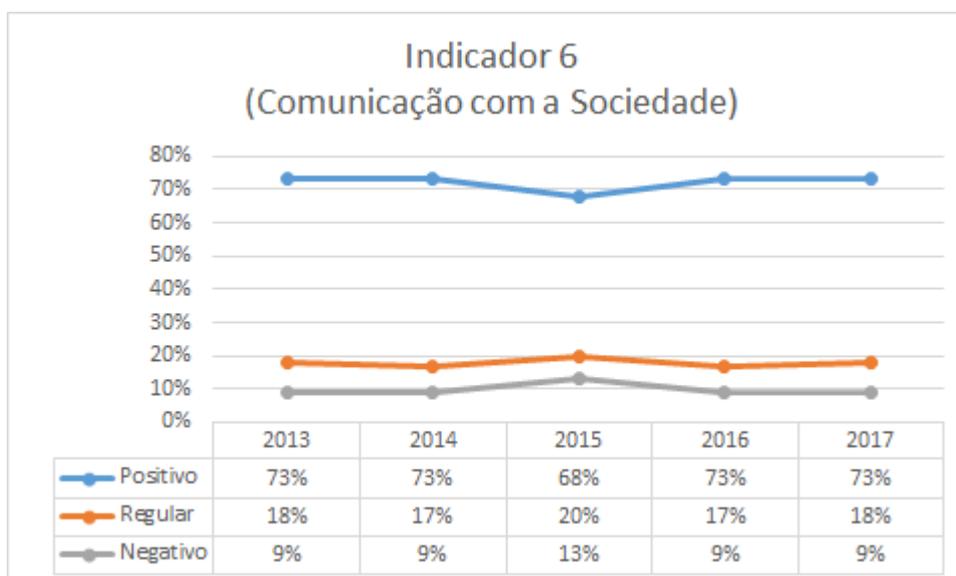


Em relação ao Indicador 6 (Figura 25), “O site do campus apresenta informações sobre as atividades de ensino, pesquisa e extensão do IFRS à comunidade externa”, as respostas mostram que a comunidade acadêmica não percebeu mudanças significativas neste quesito. As porcentagens deste ano, 2017, mantiveram-se as mesmas do ano de 2016. 73% dos respondentes concordam ou concordam totalmente com o Indicador, enquanto 9% discordam e 18% optaram por não concordar e nem discordar. Isto indica que devem ser adotadas medidas de ampliação da comunicação das ações de ensino, pesquisa e extensão, medidas que já estão em andamento através da implantação do novo site do IFRS.

**Figura 25** – Comunicação com a sociedade: Indicador 6.



**Figura 26** - Comunicação com a Sociedade: Evolução do Indicador 6

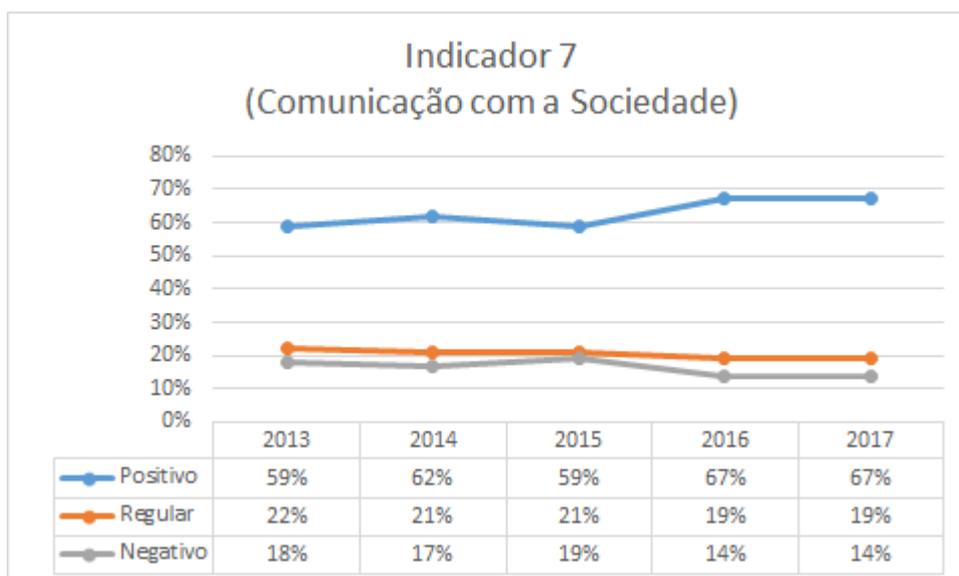


Na Figura 27 observa-se que 67% dos respondentes (a mesma porcentagem de 2016) afirmaram concordar ou concordar totalmente com o Indicador 7, “Os meios de comunicação utilizados pelo IFRS são adequados para divulgar suas atividades a comunidade”, sendo que 14% (também a mesma porcentagem de 2016) afirmaram discordar ou discordar totalmente, e os demais 17% não concordam nem discordam. Estes números, comparados com os de 2016, indicam uma estagnação na implantação de estratégias e ações de comunicação que atendam a comunidade de forma mais efetiva, exigindo novas estratégias para avançar neste Indicador.

**Figura 27 - Comunicação com a Sociedade: Indicador**



**Figura 28 - Comunicação com a Sociedade: Evolução do Indicador 7**



### 3.2 Ouvidoria

O acesso à Ouvidoria do IFRS se dá por meio do site, através de encaminhamento de mensagem, que é enviada ao ouvidor e após encaminhada para os setores responsáveis com o intuito de resolução. Ainda se faz necessária maior estruturação desse setor.

### **3.3 Ações de superação 2017-2018**

Para contemplar a Dimensão 4, a Instituição busca a implementação de fluxos e estratégia que vem ampliando a comunicação com a sociedade. Com dados levantados ao longo do triênio, indicar-se-ão a seguir estratégias para melhoria nos processos de comunicação, sendo que algumas destas já foram sugeridas em outros relatórios anteriores.

- Implantar os novos sites para todos os campi;
- Implementar o Plano de Ação da Política de Comunicação;
- Incentivar a correta utilização da identidade visual dos Institutos Federais e do Guia de Marcas e Identidades do IFRS;
- Incentivar a realização de ações de ensino, pesquisa e extensão que envolva a comunidade interna e externa;
- Continuar a permanente qualificação de estratégias que melhorem a comunicação entre os setores das unidades organizacionais e a gestão;
- Continuar a permanente qualificação de estratégias que melhorem a comunicação entre os setores das unidades organizacionais e a comunidade interna e externa;
- Continuar a permanente qualificação e potencialização de estratégias que melhorem a comunicação entre a Reitoria e os campi, e capacitem os comunicadores;
- Estruturar a Ouvidoria, como setor independente, desvinculando-a do gabinete do Reitor.

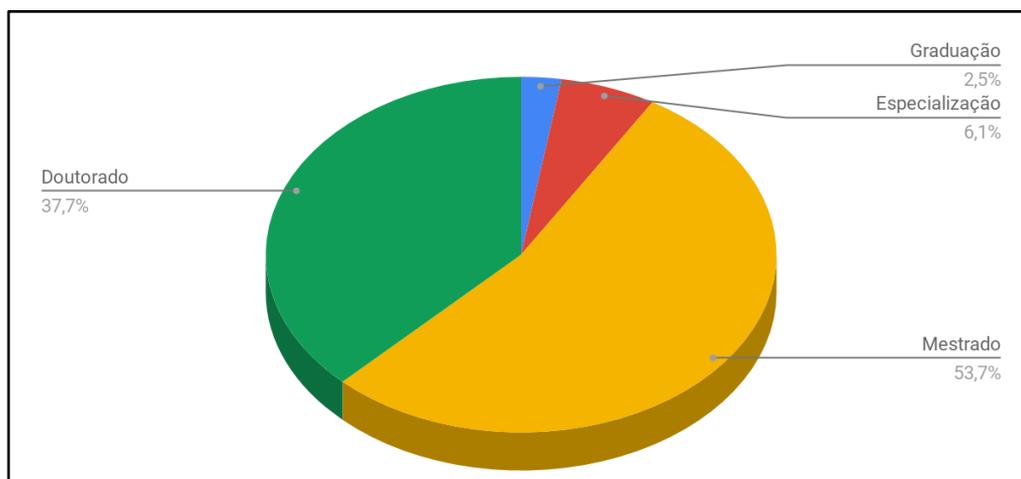
## 4 AS POLÍTICAS DE PESSOAL, DE CARREIRAS DO CORPO DOCENTE E CORPO TÉCNICO-ADMINISTRATIVO, SEU APERFEIÇOAMENTO, DESENVOLVIMENTO PROFISSIONAL E SUAS CONDIÇÕES DE TRABALHO

Este item refere-se à Dimensão 5 do SINAES: As políticas de pessoal, as carreiras do corpo docente e técnico-administrativo. As políticas de pessoal e de carreira do corpo docente e técnico-administrativo em educação estão descritas no PDI do IFRS. O plano de carreira de docentes e de técnicos-administrativos em educação é debatido e implementado em ações conjuntas entre a Diretoria de Gestão de Pessoas (DGP) e, respectivamente, a Comissão Permanente de Pessoal Docente (CPPD) e a Comissão Interna de Supervisão (CIS).

### 4.1 Corpo Docente

O panorama dos dados apresentados permite verificar o crescimento significativo em relação à titulação dos docentes do IFRS, com maior concentração entre mestres (656 em 2017 e 491 em 2016) e doutores (460 em 2017 e 373 em 2016), como aponta a figura a seguir com os dados extraídos da Plataforma Nilo Peçanha. Destaca-se que no levantamento de 2017 estão presentes informações de professores substitutos, os quais totalizam 161 profissionais.

**Figura 29** – Titulação dos docentes.

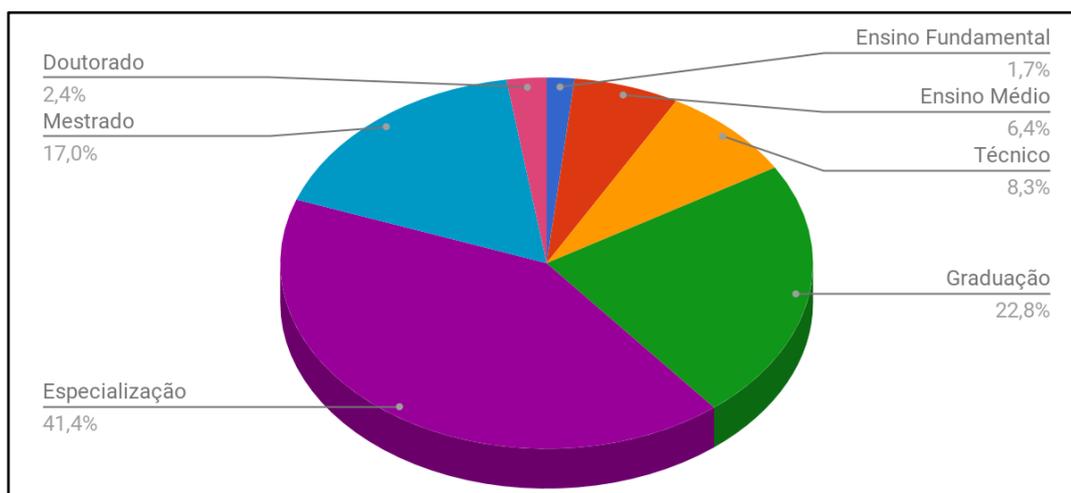


Fonte: Plataforma Nilo Peçanha.

## 4.2 Corpo Técnico-Administrativo

Conforme dados da Plataforma Nilo Peçanha, o número de servidores técnicos-administrativos em educação é apresentado na figura a seguir.

**Figura 30** – Titulação dos técnicos-administrativos.



Fonte: Plataforma Nilo Peçanha.

## 4.3 Políticas de Capacitação e de Acompanhamento do Trabalho Docente e Formas de sua Operacionalização

Os relatórios das CPAs Locais mostram que os campi desenvolvem ações diferenciadas em relação à capacitação e acompanhamento do trabalho docente (ações como processos de acompanhamento e de avaliação do estágio probatório, formação pedagógica continuada, apoio à participação em eventos, entre outros). A Diretoria de Gestão de Pessoas em conjunto com CIS e CPPD, vem construindo e implementando o Programa Capacitação de Servidores. Destaca-se regulamentações para docentes e técnicos-administrativos em educação que possibilitam afastamentos para qualificação e capacitação, bem como, horário especial para estudante e liberação da carga horária para ações de qualificação.

#### **4.4 Ações de Superação 2017-2018**

As propostas de ações de superação levantadas pelas CPAs Locais junto às gestões dos campi podem ser descritas de forma geral, conforme:

- Revisar a distribuição da carga horária dos docentes de 40 horas com dedicação exclusiva, a fim de permitir um equilíbrio maior entre os três eixos do trabalho do mesmo, a saber, ensino, pesquisa e extensão.
- Promover cursos de aperfeiçoamento e formação aos servidores;
- Ampliar os programas de formação docente.

## **5 ORGANIZAÇÃO E GESTÃO DA INSTITUIÇÃO, ESPECIALMENTE O FUNCIONAMENTO E REPRESENTATIVIDADE DOS COLEGIADOS, SUA INDEPENDÊNCIA E AUTONOMIA NA RELAÇÃO UNIVERSITÁRIA NOS PROCESSOS DECISÓRIOS**

Os dados apresentados para a Dimensão 6 do SINAES (Organização de gestão da IES) estão diretamente relacionados à organização e à gestão do IFRS, especialmente no que se refere à representatividade dos colegiados e órgãos representativos institucionais, sua dependência e autonomia, bem como a participação de todos os segmentos da comunidade acadêmica nos processos decisórios do IFRS. Com o Instrumento de Avaliação Institucional, pode-se analisar a percepção da comunidade interna em relação à gestão do IFRS.

### **5.1 Gestão Institucional**

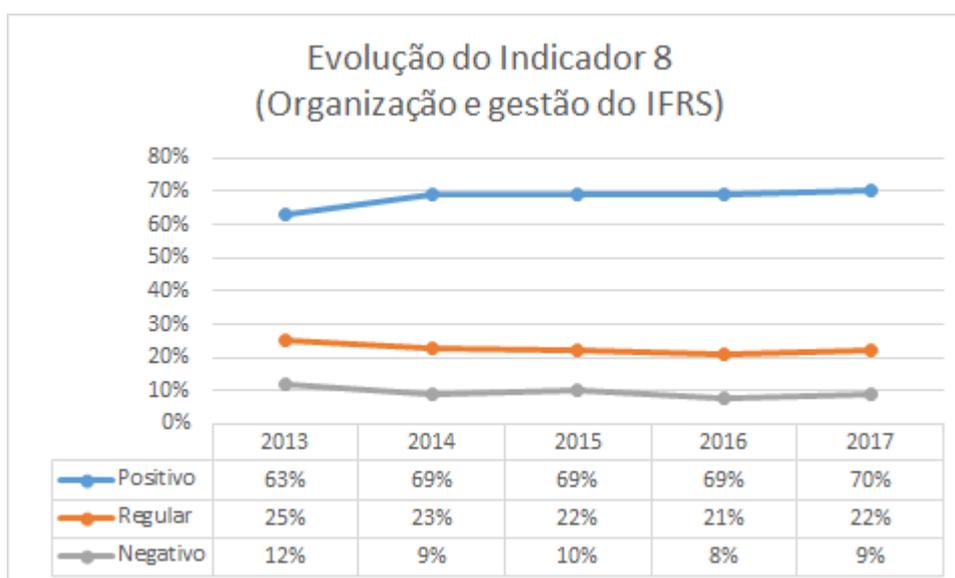
A gestão institucional no IFRS pode ser analisada a partir dos resultados relativos aos indicadores 8 e 9 do “Instrumento de Avaliação Institucional”.

No Indicador 8 (Figura 31), “A Instituição me oferece a possibilidade de participar de Conselhos, Comissões, Colegiados e/ou Grupos de Trabalho no IFRS”, 70% dos respondentes (1% a mais se comparado a 2016) posicionam-se entre concordam totalmente ou concordam. Entre os que discordam ou discordam totalmente identifica-se 9% (1% de acréscimo em relação à avaliação anterior), o que representa uma pequena parcela da comunidade escolar e acadêmica. E 22% (1% de acréscimo em relação à avaliação anterior) manifestam que não concordam nem discordam, o que pode representar que a comunidade percebe que está tendo a oportunidade de participar ativamente da gestão do IFRS como representantes nos conselhos, comissões, colegiados ou grupos de trabalho.

**Figura 31** – Organização e gestão do IFRS: Indicador 8

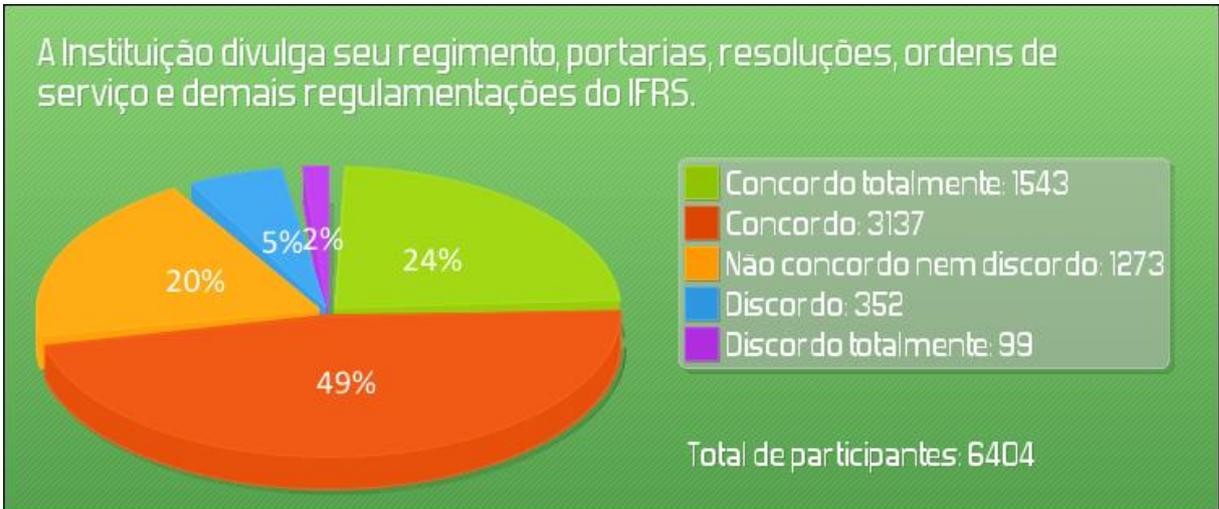


**Figura 32** - Organização e gestão do IFRS: Evolução do Indicador 8.

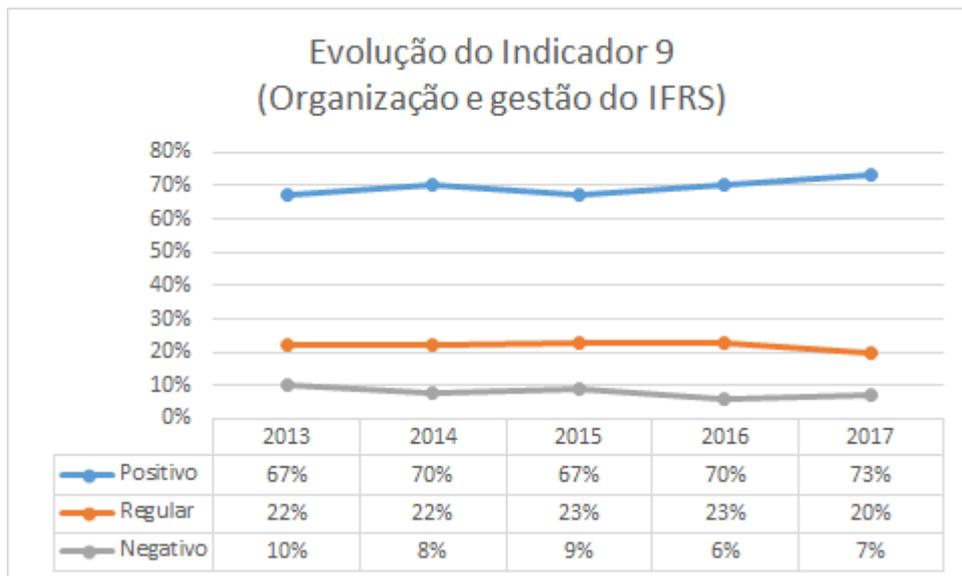


Com relação ao Indicador 9 (Figura 33), “A Instituição divulga seu regimento, portarias, resoluções, ordens de serviço e demais regulamentações do IFRS”, observa-se que 73% dos respondentes (3% a mais do que na avaliação anterior) afirma que concorda ou concorda totalmente. Contudo, 7% (1% a mais que em 2016) julga discordar ou discordar totalmente, e 20% responde por não concordar nem discordar.

**Figura 33** – Organização e gestão do IFRS: Indicador 9.



**Figura 34** - Organização e gestão do IFRS: Evolução do Indicador 9.



## 5.2 Ações de Superação 2017-2018

A CPA Central em articulação com as CPAs Locais, ao promoverem a autoavaliação nas unidades organizacionais do IFRS, contribuem efetivamente para a construção de um diagnóstico em relação às possibilidades de participação da comunidade escolar, bem como, à sua disponibilidade de participar de comissões, conselhos, colegiados, dentre outros. Observa-se que, apesar dos avanços já

realizados, houve uma pequena queda acerca do tema da participação em comissões, colegiados, entre outros. Para melhorar estes indicativos, são sugeridas as seguintes ações:

- Consolidar a implementação dos regimentos dos campi, bem como, de seus conselhos representativos;
- Garantir e estimular a participação da sociedade civil organizada em conselhos representativos;
- Diversificar e qualificar os canais de divulgação, para que a comunidade seja informada das ações executadas pelos conselhos e órgãos colegiados;
- Implementar uma política institucional de apoio aos Diretórios Acadêmicos;
- Intensificar e qualificar ainda mais o processo de divulgação das portarias, regimentos e boletins de serviço;
- Consolidar os mecanismos de participação da comunidade escolar nos processos de gestão e organização da Instituição, a fim de tornar mais horizontal e democrático o seu funcionamento e/ou desenvolvimento.

## 6 INFRAESTRUTURA FÍSICA, ESPECIALMENTE A DE ENSINO E DE PESQUISA, BIBLIOTECA, RECURSOS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO

### 6.1 Instalações Gerais do IFRS

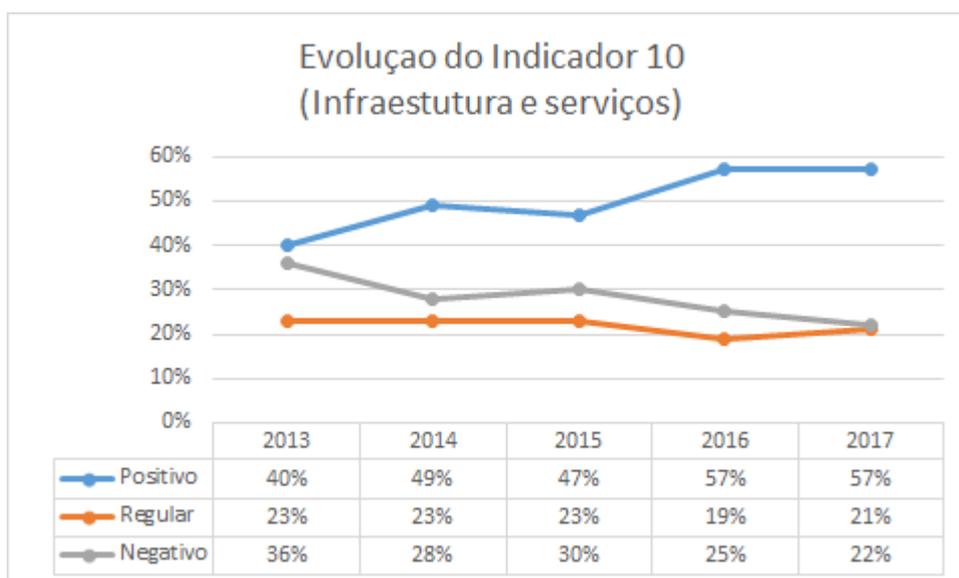
Os dados e a análise aqui apresentados referem-se à Dimensão 7 do SINAES: Infraestrutura física. As instalações gerais do IFRS podem ser analisadas pelos resultados dos indicadores 10, 11, 12, 13, 14 e 15 do “Instrumento de Avaliação Institucional”.

A análise dos resultados demonstra que apenas 57% dos participantes concordam plenamente ou concordam que o acervo do IFRS tem qualidade e quantidade de livros na biblioteca adequados (Indicador 10 – Figura 35). 21% não concordam nem discordam e 23% responderam que discordam ou discordam totalmente. Embora seja visível o crescimento em relação ao ano de 2013, ainda permanece a indicação de que o IFRS deva continuar investindo fortemente na aquisição de obras e exemplares, visto que as respostas de 2016 e 2017 permaneceram praticamente as mesmas.

**Figura 35** – Infraestrutura e serviços: Indicador 10.



**Figura 36** - Infraestrutura e serviços: Evolução do indicador 10.

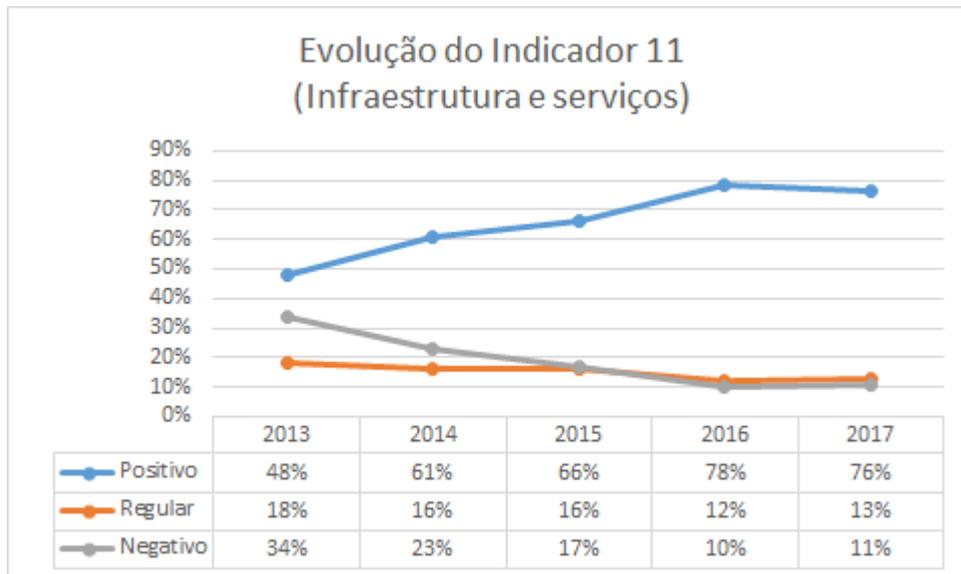


No Indicador 11 (Figura 37), “O espaço físico da biblioteca e as instalações são adequados”, 76% dos respondentes (2% a menos em relação ao ano anterior) estão no grupo que concorda com a assertiva, enquanto 11% (1% a mais em relação a 2016) estão no grupo que discorda. Também, 13% não concorda nem discorda. Apesar de as respostas indicarem um grande avanço de natureza satisfatória, o número de apreciações negativas ou indiferentes permanece muito elevado (24%) e o índice de respostas afirmativas decresceu 2%. Nesse sentido, se faz necessário que continuem os investimentos em relação às instalações das bibliotecas.

**Figura 37** – Infraestrutura e serviços: Indicador 11.

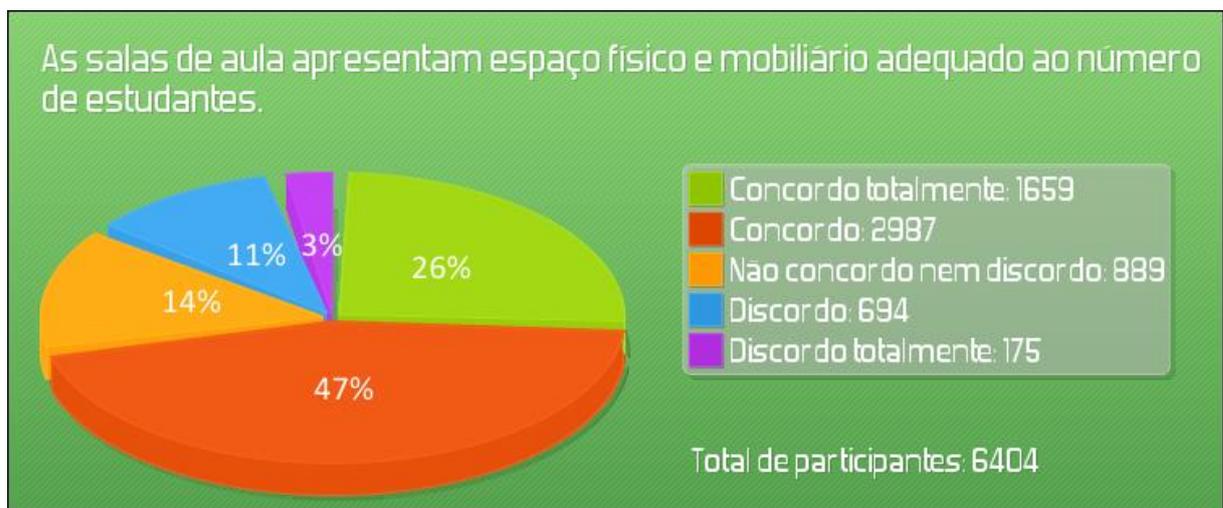


**Figura 38** - Infraestrutura e serviços: Evolução do Indicador 11.

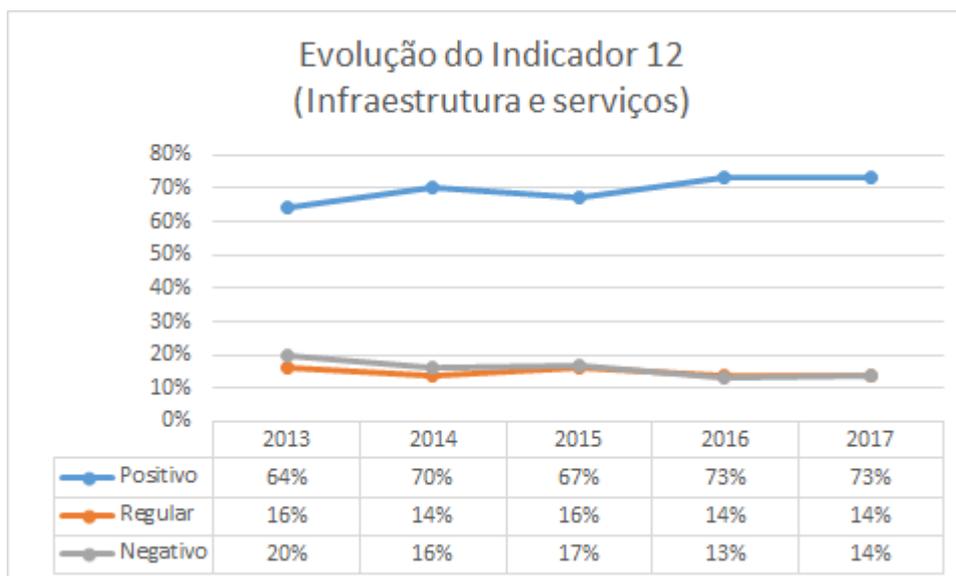


Com relação ao Indicador 12 (Figura 39), “As salas de aula apresentam espaço físico e mobiliário adequado ao número de estudantes”, percebe-se que 73% dos respondentes indica concordar ou concordar plenamente, sendo que 14% (1% de acréscimo em relação a 2016) discorda ou discorda totalmente, seguidos por 14% que afirmam não concordar nem discordar. Observa-se que a satisfação em relação aos espaços e mobiliário de sala de aula seguiu praticamente a mesma que em 2016.

**Figura 39** – Infraestrutura e serviços: Indicador 12.



**Figura 40-** Infraestrutura e serviços: Evolução do Indicador 12

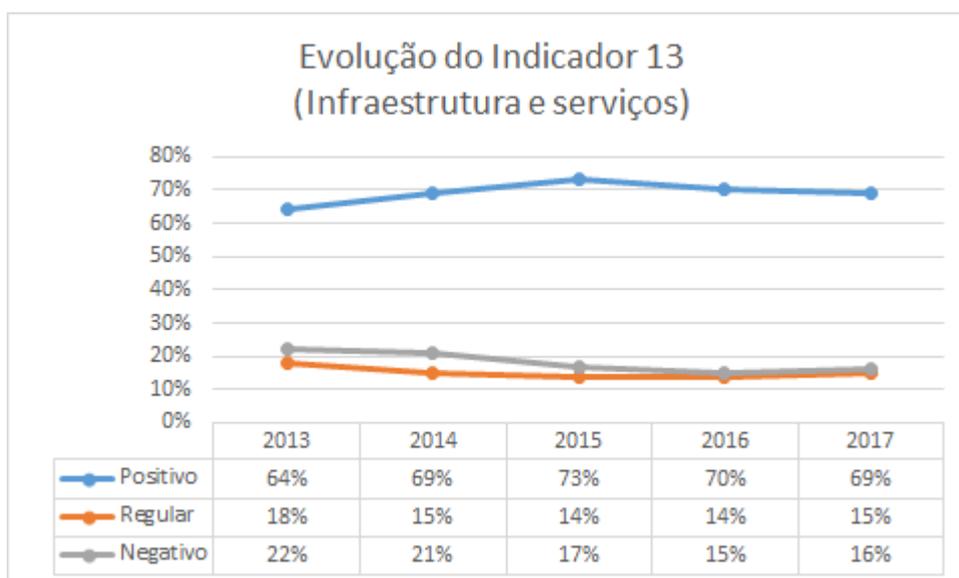


Nas respostas relativas ao Indicador 13 (Figura 41) “O serviço de higienização atende as necessidades do campus”, 69% (1% de decréscimo em relação a 2016) apontam concordar ou concordar totalmente, sendo que 16% (1% de acréscimo em relação a 2016) apontam discordar ou discordar plenamente. Apenas 15% (1% de acréscimo em relação à avaliação anterior) posicionam-se com o não concordo nem discordo.

**Figura 41 –** Infraestrutura e serviços: Indicador 13



**Figura 42 - Infraestrutura e serviços: Evolução do Indicador 13**

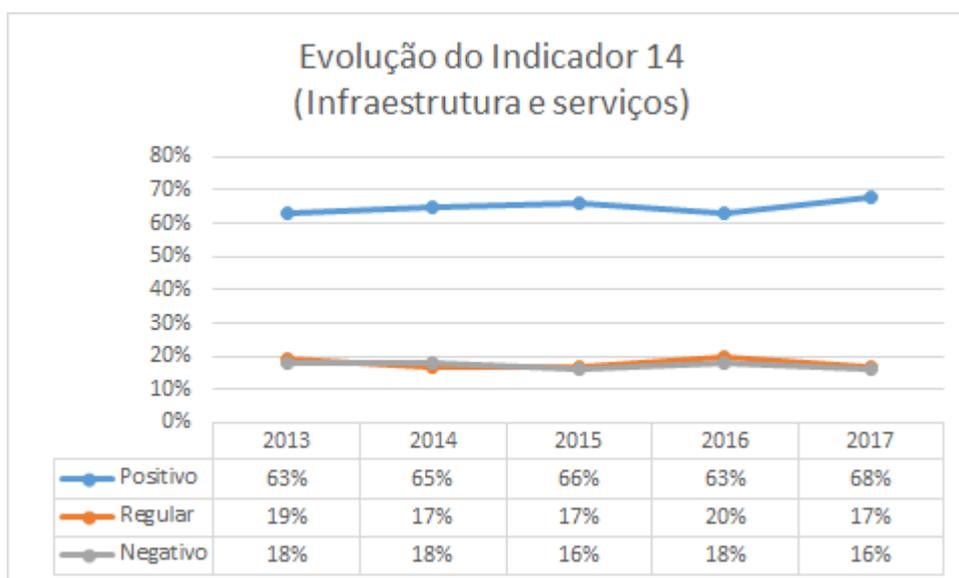


Com relação ao Indicador 14 (Figura 43), “O serviço de segurança atende as necessidades do Campus”, pode-se verificar um decréscimo em relação aos relatórios de 2016, já que 68% (aumento de 5% em relação a 2016) dos respondentes afirmaram concordar ou concordar totalmente. 17% manifestaram nem concordar nem discordar e apenas 16% discordam ou discordam totalmente. Esses resultados indicam uma ampliação da satisfação em relação ao serviço de segurança nas unidades organizacionais do IFRS, mas também, alertam para a necessidade de aumentar os investimentos nessa área.

**Figura 43 – Infraestrutura e serviços: Indicador 14.**



**Figura 44 - Infraestrutura e serviços: Evolução do Indicador 14**

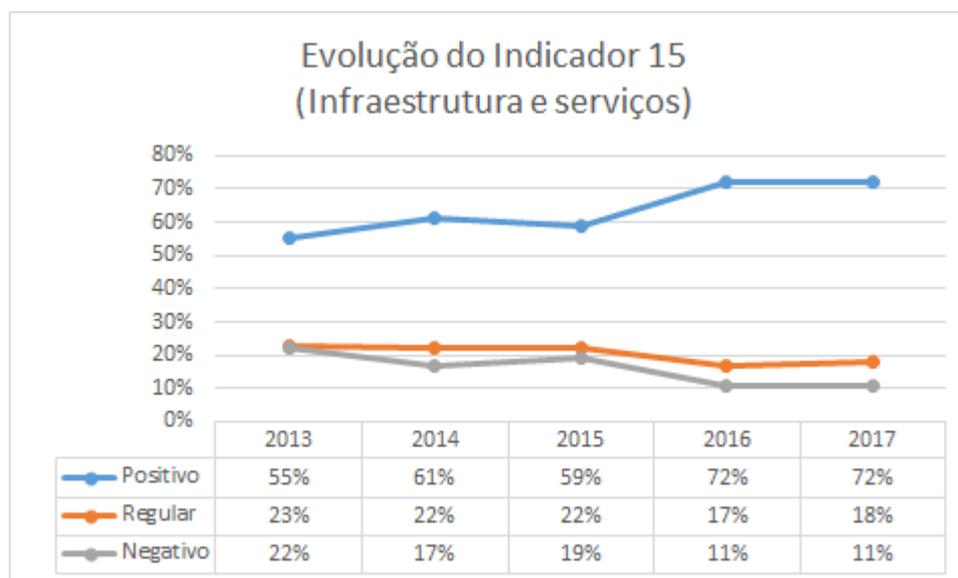


Com o Indicador 15 (Figura 45), “Local adequado para atividades do professor (estudos, atendimento ao aluno, planejamento das aulas, atividades de pesquisa e extensão)”, percebe-se que 72% (mesma taxa que o ano anterior) dos respondentes concorda ou concorda plenamente, 11% discorda ou discorda totalmente e 18% não concorda e nem discorda. Com base neste quantitativo é evidenciado uma aumento na concordância em relação aos espaços de trabalho para os docentes em comparação com os resultados de 2013, porém, investimentos devem ser voltados a este ponto.

**Figura 45 – Infraestrutura e serviços: Indicador 15.**



**Figura 46** - Infraestrutura e serviços: Evolução do Indicador 15

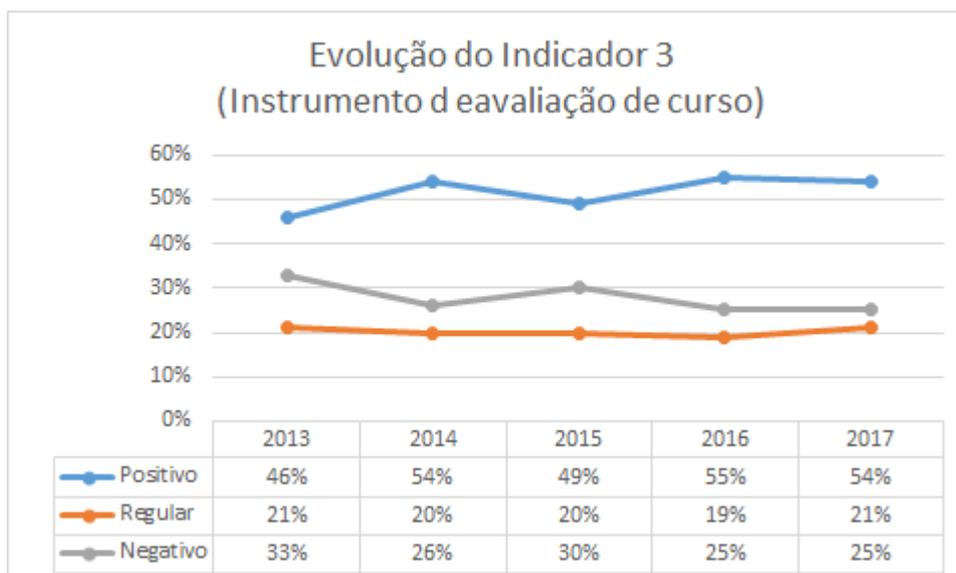


Dentre os quesitos da Dimensão 7 do SINAES, o “Instrumento de Avaliação do Curso” conta com o Indicador 3 (Figura 47), que avalia as condições dos laboratórios específicos dos cursos. Analisando os dados para este indicador, observa-se que 54% (1% a menos que 2016) dos respondentes manifestaram que concordam ou concordam plenamente com a qualidade e disponibilidade de equipamentos para as aulas práticas. Também, 25% (mesma taxa de 2016) dos alunos afirmam discordar ou discordar totalmente da assertiva e 21% nem concordam e nem discordam. Analisando estes dados, percebe-se a necessidade de mais investimentos na implantação de laboratórios equipados com capacidade para acolher com qualidade todos os estudantes.

**Figura 47** – Instrumento de avaliação do curso: Indicador 3.



**Figura 48** - Instrumento de avaliação do curso: Evolução do Indicador 3.



## 6.2 Ações de Superação 2017-2018

Os resultados revelam que a Instituição segue com algumas dificuldades em relação à infraestrutura, acervo e informatização das bibliotecas, falta de espaço físico adequado às atividades de pesquisa e falta de espaço físico para o trabalho dos docentes. Neste cenário, são sugeridas as seguintes ações de superação:

- Ampliar o investimento na aquisição de acervo bibliográfico;
- Investir em obras físicas destinadas à melhoria das instalações e à

implementação de condições materiais adequadas como objetivo de qualificar os processos de ensino, pesquisa e extensão;

- Investir em quadras e ginásios esportivas;
- Ampliar a segurança em vários *campi*;
- Melhorar a infraestrutura dos laboratórios;

## **7 PLANEJAMENTO E AVALIAÇÃO, ESPECIALMENTE EM RELAÇÃO AOS PROCESSOS, RESULTADOS E EFICÁCIA DE AUTOAVALIAÇÃO INSTITUCIONAL**

### **7.1 CPA: Autoavaliação**

Desde 2011 a CPA Central vem trabalhando de forma conjunta e articulada com as CPAs Locais, e vem tornando o processo de avaliação institucional um campo democrático oportunizando discutir os resultados das Autoavaliações. Este processo avaliativo busca envolver todas as unidades organizacionais do IFRS, suas gestões, bem como, integrar a comunidade interna e externa.

A CPA Central e CPAs Locais constroem um diagnóstico com o fim de contribuir com a implementação de ações de superação. Neste contexto, as comissões objetivam fomentar a cultura da avaliação institucional, como ferramenta de monitoramento qualitativo das ações institucionais e recurso fundamental para a elaboração do planejamento da gestão.

Com a implementação, no ano de 2012, do Programa Institucional de Autoavaliação do IFRS (PAI IFRS), os resultados da Avaliação Institucional têm se constituído em subsídio imprescindível para o trabalho da Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional, bem como, para a totalidade de cada unidade organizacional do IFRS.

No decorrer dos anos a cultura da avaliação vem se instaurando no IFRS, o que expressa a ação educativa da CPA Central e das CPAs Locais no sentido da conscientização da comunidade quanto ao entendimento de que a avaliação é um processo indispensável para o desenvolvimento da Instituição, e que a partir dos apontamentos e resultados, a avaliação propicia a elaboração de estratégias que atentam à realização dos avanços necessários para o cumprimento da missão institucional.

## 7.2 Avaliações Externas

Considerando que o IFRS é uma Instituição que se constituiu em 2008, a implantação dos cursos de graduação ainda está em pleno processo. Nesse sentido, nem todos os cursos ofertados pela Instituição foram avaliados. Contudo, no que se refere aos cursos que já tiveram avaliação in loco, pode-se afirmar que o IFRS é uma Instituição que caminha para a excelência, conforme evidenciam os dados dos quadros a seguir.

**Quadro 5** – Cursos com Avaliação Externa em 2012.

<b>Campus</b>	<b>Curso</b>	<b>Conceito de Curso</b>
Bento Gonçalves	CST Análise e Desenvolvimento de Sistemas	4
	Licenciatura em Física	3
	CST Viticultura e Enologia	4
Porto Alegre	CST Gestão Ambiental	5
	CST Processos Gerenciais	3
Sertão	Formação Pedagógica de Docentes para a Educação Básica e Profissional	3
	CST Gestão Ambiental	3

Fonte: PI – Procuradoria Educacional Institucional.

**Quadro 6** – Cursos com Avaliação Externa em 2013.

<b>Campus</b>	<b>Curso</b>	<b>Conceito de Curso</b>
Bento Gonçalves	Licenciatura em Pedagogia	4
Canoas	CST Automação Industrial	3

	CST Logística	4
Erechim	CST Marketing	4
Farroupilha	CST Processos Gerenciais	4
Porto Alegre	CST Sistemas para Internet	4

Fonte: PI – Procuradoria Educacional Institucional

**Quadro 7** – Cursos com Avaliação Externa em 2014.

<b>Campus</b>	<b>Curso</b>	<b>Conceito de Curso</b>
Bento Gonçalves	Licenciatura em Matemática	4
Caxias do Sul	CST Processos Metalúrgicos	4
Erechim	CST Design de Moda	4
Feliz	CST Processos Gerenciais	5
Ibirubá	Licenciatura em Matemática	4
	CST Produção de Grãos	4
Osório	Formação Pedagógica de Docentes para a Educação Básica e Profissional	4
	CST Processos Gerenciais	4
Rio Grande	Programa Especial de Formação Pedagógica	3
	CST Refrigeração e Climatização	3
Sertão	Agronomia	4
	Licenciatura em Ciências Agrícolas	4
	Zootecnia	3

Fonte: Procuradoria Educacional Institucional.

**Quadro 8** – Cursos com Avaliação Externa em 2015.

<b>Campus</b>	<b>Curso</b>	<b>Conceito de Curso</b>
Canoas	CST Análise e Desenvolvimento de Sistemas	4
	CST Logística	4
Erechim	Engenharia Mecânica	3

Farroupilha	Formação de Professores para os Componentes Curriculares da Educação Profissional	4
Porto Alegre	Licenciatura em Ciências da Natureza (Biologia e Química)	4
	Licenciatura em Pedagogia	5
Restinga	CST Análise e Desenvolvimento de Sistemas	4
	CST Gestão Desportiva e de Lazer	4
Sertão	CST Análise e Desenvolvimento de Sistemas	4

Fonte: Procuradoria Educacional Institucional.

**Quadro 9** – Cursos com Avaliação Externa em 2016.

<b>Campus</b>	<b>Curso</b>	<b>Conceito de Curso</b>
Caxias do Sul	Licenciatura em Matemática	4
Farroupilha	Engenharia Mecânica	4
Rio Grande	Licenciatura em Matemática	4

Fonte: Procuradoria Educacional Institucional.

**Quadro 10** – Cursos com Avaliação Externa em 2017.

<b>Campus</b>	<b>Curso</b>	<b>Conceito de Curso</b>
Bento Gonçalves	CST Horticultura	4
Canoas	CST Automação Industrial	4
	Licenciatura em Matemática	4
Caxias do Sul	CST Processos Metalúrgicos	5
Farroupilha	CST Análise e Desenvolvimento de Sistemas	4
Feliz	CST Análise e Desenvolvimento de Sistemas	-
Ibirubá	Agronomia	4
Osório	CST Análise e Desenvolvimento de Sistemas	5
Porto Alegre	Licenciatura em Ciências da Natureza (Biologia e Química)	4
	CST Sistemas para Internet	4
Restinga	CST Eletrônica Industrial	4

Sertão	CST Análise e Desenvolvimento de Sistemas	4
	CST Alimentos	4

Fonte: Procuradoria Educacional Institucional.

**Quadro 11** – Cursos com ENADE realizado.

<b>Campus</b>	<b>Curso</b>	<b>Ano de realização</b>	<b>CPC</b>
Bento Gonçalves	Análise e Desenvolvimento De Sistemas	2014	3
Bento Gonçalves	Licenciatura em Física	2014	3
Bento Gonçalves	Licenciatura em Matemática	2014	2
Bento Gonçalves	Pedagogia	2014	3
Bento Gonçalves	Logística	2015	3
Canoas	Logística	2015	4
Erechim	Design de Moda	2015	4
Erechim	Marketing	2015	3
Farroupilha	Processos Gerenciais	2015	3
Feliz	Processos Gerenciais	2015	4
Osório	Processos Gerenciais	2015	4
Porto Alegre	Processos Gerenciais	2015	3
Porto Alegre	Gestão Ambiental	2016	5
Sertão	Agronegócio	2016	3

Sertão	Agronomia	2016	4
Sertão	Gestão Ambiental	2016	3
Sertão	Zootecnia	2016	4

Fonte: Procuradoria Educacional Institucional.

Conforme os dados apresentados, o IFRS se destaca por ter uma quantidade significativa de cursos avaliados com conceito 4. Tal panorama institucional nos revela o compromisso com a qualidade de ensino, bem como, com o bom andamento dos processos de gestão institucional.

### **7.3 Ações Acadêmico-Administrativas em Função dos Resultados das Avaliações do SINAES/MEC**

Ao longo dos anos de 2012 até o atual, os campi vêm se preparando para atender às dimensões e indicadores definidos pelos SINAES. Para tanto, foram realizadas reuniões com servidores docentes, técnico-administrativos em educação e discentes na busca constante deste propósito. Os campi que já receberam comissões de avaliadores externos têm orientado suas ações na perspectiva de superação das fragilidades apontadas, bem como, na consolidação de fluxos e processos.

Cabe lembrar que o IFRS tem uma dificuldade pontual em relação ao ENADE e aos indicadores que assim advém: o próprio Ciclo do SINAES, por sua periodicidade articulada à frequência de ingresso dos estudantes, não permite, por vezes, a participação integral ou parcial (de integrantes ou concluintes), o que acaba não permitindo a definição de indicadores e conceitos de curso e da Instituição.

### **7.4 Ações de Superação 2017-2018**

Como já mencionado nos relatórios anteriores no âmbito da Avaliação Institucional, cabe à CPA Central em conjunto com as CPAs Locais o esforço para consolidação da proposta e da cultura de Autoavaliação Institucional. As primeiras experiências de avaliação institucional multicampi, embora tenham representado um grande desafio, foram consideradas muito exitosas, principalmente no que se refere à participação da comunidade escolar e acadêmica no processo de avaliação institucional online. Cabe definir algumas ações de superação no âmbito da Avaliação Institucional para 2017:

- Fortalecer as ações de sensibilização junto às equipes diretivas dos campi para completar a adesão ao Programa de Autoavaliação;
- Intensificar as ações de sensibilização para participação dos discentes nas avaliações externas;
- Fomentar momentos de sensibilização e capacitação das equipes diretivas e coordenações de cursos para as avaliações externas, considerando que muitos cursos de graduação ainda estão por entrar em processo de reconhecimento de curso;
- Ampliar a divulgação, pelas CPAs Locais, dos indicadores e critérios definidos pelo SINAES para as avaliações externas;
- Contribuir para a implementação da Ouvidoria Institucional, bem como, regulamentar este fluxo;
- Consolidar o Programa de Avaliação e Acompanhamento de Egressos vinculado ao Programa de Avaliação Institucional, conforme previsto do PAI IFRS;
- Aprimorar o Portal da CPA Central, priorizando a facilidade e a qualidade na comunicação.

## 8 POLÍTICAS DE ATENDIMENTO A ESTUDANTES E EGRESSOS

Os números aqui levantados e analisados neste item referem-se à Dimensão 9 do SINAES (Políticas de atendimento aos estudantes).

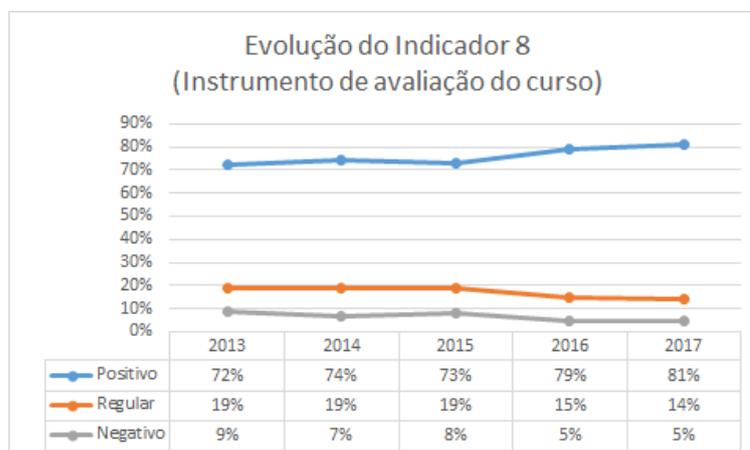
### 8.1 Políticas de acesso, seleção e permanência e implementação de ações concretas, bem como de seus resultados

O Indicador 8 do “Instrumento de Avaliação de Curso” é uma importante referência para a análise da implementação das políticas de permanência dos estudantes na Instituição.

**Figura 49** – Instrumento de avaliação do curso: Indicador 8.



**Figura 50** - Instrumento de avaliação de curso: Evolução do Indicador 8



Os resultados do Indicador 8 (Figura 49 e 50) “O curso apresenta ações de apoio ao discente como apoio pedagógico, monitoria, orientação de trabalhos, dentre outras”, apontam que 81% (2% a mais do que na avaliação anterior) concordam ou concordam plenamente com a existência dessas ações. Tais resultados indicam que o IFRS vem ampliando progressivamente as ações de apoio à permanência dos estudantes em seus cursos. Somente 5% (mesma taxa da avaliação anterior) dos respondentes discordam da assertiva e 14% nem concorda nem discorda. Os dados obtidos revelam avanços nos últimos 3 anos e a ampliação destas ações vem sendo realizada no sentido de que a Instituição cumpra o plano de metas nos quesitos de eficiência e eficácia da permanência.

## **8.2 Descrição do programa de avaliação e acompanhamento de egressos e seus resultados**

Em 2013 foi implementado um instrumento de autoavaliação composto de um formulário específico para os egressos do IFRS. Tendo em vista a ampla divulgação, o quantitativo de respondentes neste ano de 2017 foi insatisfatória. Sugere-se que a divulgação e a diversificação desta coleta de dados aconteça para que se possa verificar dados relativos aos profissionais formados no IFRS.

## **8.3 Ações de superação 2017-2018**

A avaliação da Dimensão 9 do SINAES possibilita observar que o IFRS vem consolidando políticas de atendimento aos seus discentes no que se refere ao acesso, inclusão e apoio à permanência, atentando as necessidades e respeitando as peculiaridades de cada campus.

O programa de avaliação e acompanhamento de egressos precisa ser implementado de modo que haja participação efetiva dos egressos. Tais dados são fundamentais para a renovação das estruturas curriculares dos cursos e para a reflexão em torno da qualidade de ensino da Instituição e de sua relação com o mundo do trabalho.

## **9 SUSTENTABILIDADE FINANCEIRA, TENDO EM VISTA O SIGNIFICADO SOCIAL DA CONTINUIDADE DOS COMPROMISSOS NA OFERTA DA EDUCAÇÃO SUPERIOR**

A Dimensão 10 do SINAES volta-se para a sustentabilidade financeira apresentada pela Instituição: Sustentabilidade financeira. O IFRS, como uma instituição pública e federal busca a inserção no meio social garantindo o exercício pleno da cidadania, conhecimento e colocação no mundo do trabalho. Para cumprir este papel conta com recursos específicos que são inteiramente voltados para a educação no IFRS. Com estes recursos, o IFRS procura formular ações que consigam cumprir e superar o PDI, assim como o Termo de Acordo de Metas. A seguir, apresentam-se dados fornecidos pela Pró-Reitoria de Administração/Tesouro Gerencial.

**Quadro 12 – Despesas do IFRS (em R\$)**

Unidade Executora	Dotação		Provisão		Destaque		Despesas Pré- empenhadas	Despesas		
	Inicial	Atualizada	Recebida	Concedida	Recebido	Concedido		Empenhadas	Liquidadas	Pagas
IFRS	344.938.200,78	398.196.780,78	0,00	57.369.503,19	4.309.493,45	177.415,03	0,00	340.042.137,44	338.464.574,05	338.429.387,78
Veranópolis	517.699,76	517.699,76			26.671,43			543.099,70	326.903,39	326.903,39
Viamão (UG 154780)	730,46	730,46						730,46	730,46	730,46
Porto Alegre			4.005.738,48		0,00		0,00	4.005.738,48	3.675.496,85	3.675.496,85
Rio Grande			5.969.348,99		24.387,74		0,00	5.993.736,73	4.343.684,60	4.343.684,60
Sertão			9.014.691,00				0,00	9.014.691,00	6.825.102,98	6.799.763,69
Bento Gonçalves			5.132.325,03		0,00	5.145,12	0,00	5.127.179,91	3.922.579,76	3.890.906,25
Canoas			3.367.330,38		0,00		0,00	3.367.330,38	2.102.622,09	2.102.622,09
Erechim			2.719.272,63				0,00	2.719.272,63	2.124.399,35	2.096.834,99
Restinga			4.713.323,46				0,00	4.713.323,46	3.736.581,04	3.627.082,18
Osório			2.941.020,27		0,00		0,00	2.941.020,27	1.701.617,85	1.694.096,95
Caxias do Sul			4.272.171,40				0,00	4.272.171,40	2.350.217,32	2.350.217,32
Farroupilha			2.807.230,20				0,90	2.807.229,30	1.367.062,88	1.367.062,88

Ibirubá			2.769.686,22				0,00	2.769.686,22	2.166.902,16	2.137.951,30
Feliz			2.139.583,15				0,00	2.139.583,15	1.416.751,28	1.411.377,58
Rolante			3.244.980,07				0,00	3.244.980,07	1.822.424,23	1.743.779,82
Vacaria			1.493.210,91				0,00	1.493.210,91	829.401,59	789.938,37
Alvorada			1.311.714,42				0,00	1.311.049,74	1.079.109,76	1.017.522,10
Viamão (UG 158746)			1.467.876,58					1.467.876,58	1.263.826,51	940.884,60

Fonte: Pró-Reitoria de Administração/Tesouro Gerencial.

Conforme a Pró-Reitoria de Administração, em 2017 foram descontados da execução orçamentária da Reitoria valores relativos aos campi de Viamão e Veranópolis, pois a execução orçamentária destes campi se deu por intermédio da Reitoria. Desta forma, estão evidenciados os valores líquidos de toda a movimentação de valores empenhados, liquidados e pagos a cada campus.

A dotação atualizada, como o próprio nome já diz, trata-se do valor atualizado do orçamento de acordo com as alterações legais, considerando as suplementações e reduções. Os destaques recebidos compreendem o crédito orçamentário em que um Ministério ou Órgão transfere para outro Ministério ou Órgão, recursos orçamentários para serem utilizados/executados. Os destaques concedidos compreendem o crédito orçamentário em que um Ministério ou Órgão transfere para outro Ministério ou Órgão, recursos orçamentários para serem utilizados/executados.

As provisões recebidas compreendem a descentralização de crédito orçamentário da unidade orçamentária de origem (Reitoria) para as unidades subordinadas (campus), dentro de um mesmo Órgão (IFRS). As provisões concedidas compreendem a descentralização de crédito orçamentário da unidade orçamentária de origem (Reitoria) para as unidades subordinadas (campus), dentro de um mesmo Órgão (IFRS).

Os valores apresentados no Quadro 13 representam todos os valores que transitaram no IFRS, tanto do orçamento inicial do próprio Ministério/Órgão (IFRS), quanto de valores recebidos por outros Ministérios/Órgãos.

**Quadro 13** – Despesas empenhadas.

<b>Descrição</b>	<b>Despesa Empenhada</b>
Despesas com Pessoal	R\$ 313.913.142,42
Outras Despesas Correntes	R\$ 75.908.955,98
Total das Despesas Correntes	R\$ 389.822.098,40
Despesas com Investimentos	R\$ 8.151.949,23

<b>Despesa Empenhada Total</b>	<b>R\$ 397.974.047,63</b>
Assistência ao Educando	R\$ 10.304.164,14
Capacitação de Servidores	R\$ 1.034.762,83

Fonte: Pró-Reitoria de Administração/Tesouro Gerencial.

Os valores destacados como Assistência ao Educando e Capacitação de Servidores já estão considerados dentro dos valores totais empenhados.

## **10 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

No ano de 2017, a CPA Central em conjunto as CPAs Locais desenvolveram ações com o intuito comum da realização de um trabalho educativo voltado para a construção da cultura de avaliação institucional no IFRS. Algumas ações vêm sendo implantadas e outras consolidadas para atender esta prioridade, dentre elas: participação em seminários, reuniões abertas e uso das redes sociais. Para 2018, é preciso aperfeiçoar alguns fluxos e procedimentos desta comissão, bem como estreitar cada vez mais a interação entre CPA e equipe gestora, a fim de que o processo avaliativo institucional possa fazer parte da prática cotidiana da comunidade institucional.